

Anuário Estatístico

O Instituto Nacional de Estatística divulga a sua principal publicação de referência, o Anuário Estatístico de Portugal. O ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE PORTUGAL 2014 está dividido em quatro grandes capítulos – O Território, As Pessoas, A Atividade Económica e O Estado – e vinte e oito subcapítulos com tabelas de dados. A publicação inclui ainda uma breve análise com a evolução dos principais indicadores e comparações de Portugal com a União Europeia.

ENQUADRAMENTO POPULACIONAL

Em 2014 verificou-se uma diminuição da população residente, em linha com a tendência iniciada em 2010, mas agora de forma bastante mais acentuada. A população estimada é de 10 374 822 indivíduos, menos 198 657 do que em 2009, ano em que se alcançou o nível máximo. Este resultado está associado a uma taxa de crescimento efetivo na ordem de -0,50% (que compara com a taxa de -0,57% verificada em 2013).

A diminuição da população é resultante das seguintes tendências: por um lado, a taxa de crescimento natural manteve um perfil moderadamente descendente desde 2001, passando a evoluir negativamente e a uma taxa sucessivamente mais intensa a partir de 2007, estando atualmente num patamar de cerca de -0,22%; por outro lado, a taxa migratória, que forneceu a principal contribuição, entre 1995 e 2010, para a variação positiva da população, registou valores negativos nos quatro últimos anos, situando-se em -0,29% em 2014.

O peso da população idosa manteve um perfil ascendente, em consequência das tendências de diminuição da fecundidade e de aumento da longevidade. Desde 1990 que a proporção de indivíduos com 65 e mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos (índice de envelhecimento) apresenta uma tendência sistemática de crescimento (72,1 em 1991 e 141,3 em 2013). A taxa de fecundidade geral apresentou um valor médio de 44,25‰ na década de 90, tendo decaído na década seguinte para 41,95‰, voltando a diminuir nos anos subsequentes, tal que entre 2010 e 2014 a sua média se situou em 36,62‰ em 2013. Note-se que os dois valores mais recentes, de 2013 e de 2014, foram de 33,90‰ e de 34,30‰. Por outro lado, neste último ano o índice de longevidade foi de 49,1, o nível mais elevado desde 1990, sendo evidente uma tendência de aumento a partir de 1995, ano em que este indicador se situava em 39,3.

Gráfico 1 – Dinâmica de crescimento da População

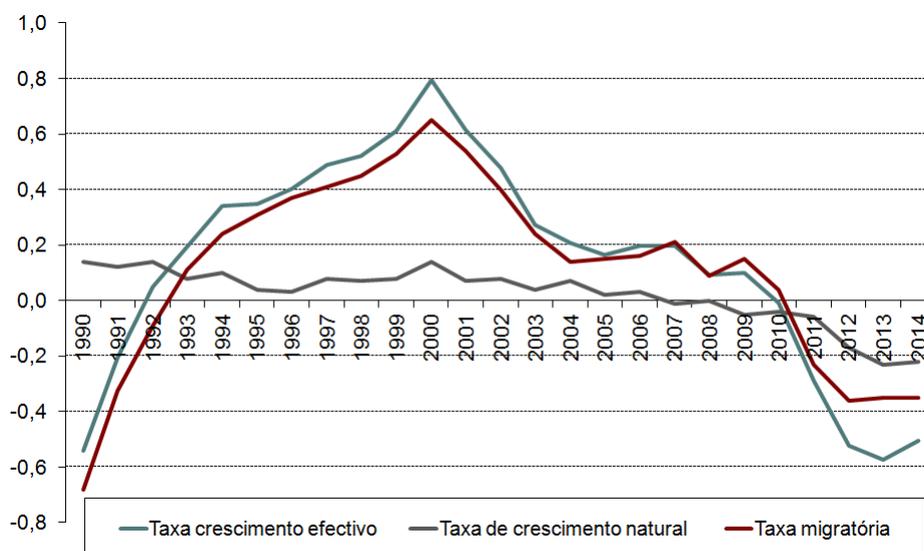
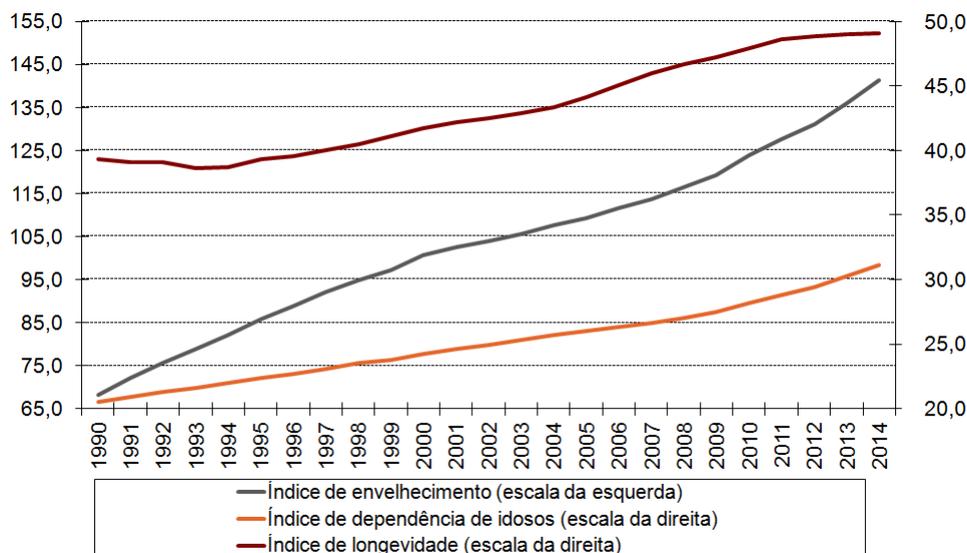


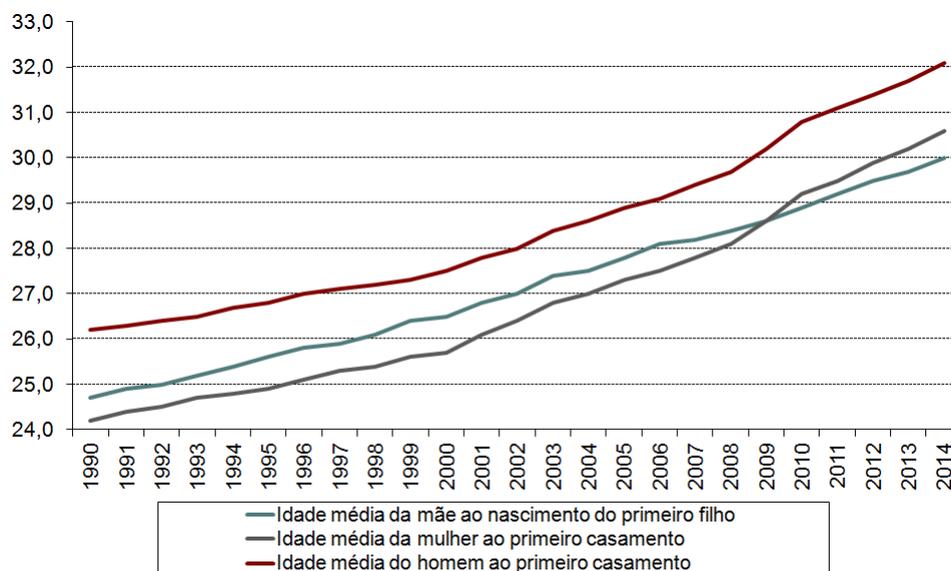
Gráfico 2 – Efeitos na estrutura etária



Estas tendências populacionais têm-se desenvolvido num contexto de mudanças de comportamentos sociais, evidenciados por um conjunto de indicadores. As médias das idades das mulheres e dos homens à data do primeiro casamento foram sistematicamente aumentando desde 1990 (um aumento médio de 5,4 anos, comparando a primeira metade da atual década com a da década de 90) e foram em 2014 de 30,6 anos

e de 32,1 anos, respetivamente. A diferença de idades entre homem e mulher ao primeiro casamento tem diminuído progressivamente: era de 2 anos em 1990, de 1,8 anos em 2000, estabilizou em 1,6 entre 2002 e 2011, e diminuiu para o patamar de 1,5 anos nos três anos mais recentes. No mesmo sentido, a idade da mulher ao nascimento do primeiro filho aumentou cerca 5 anos desde 1990 e foi de 30,6 anos em 2014.

Gráfico 3 – Indicadores de nupcialidade e de natalidade



Paralelamente, o número de casamentos tendeu a diminuir, ininterruptamente a partir de 2000. Na década de 90 a diminuição foi de fraca intensidade (a média das taxas de variação foi de -1,1%), mas na década seguinte a quebra foi muito mais acentuada (média de -4,5%). Entre 2011 e 2013 a média atingiu o valor de -7,1%. No último ano os casamentos celebrados representavam menos de 50,0% dos celebrados em 2000. Para esta evolução contribuíram principalmente os casamentos católicos. Até 2006 o número de casamentos católicos foi superior aos civis, ano após o qual a proporção face ao total se inverteu, atingindo o valor de 36,2% em 2013 (em 2000 e em 1990 esta proporção era 64,8% e de 72,5%, respetivamente).

A proporção de casamentos entre estrangeiras/os e portuguesas/es manifestou uma tendência crescente até 2008, ano em que atingiu o seu valor máximo, tendo manifestado um comportamento oscilatório a partir de então, num patamar mais baixo.

O número de divórcios tomou, em termos genéricos, uma tendência contrária à dos casamentos celebrados.

Considerando 1990 como referência, em 2000 o seu número mais do que duplicou, tendo mais do que triplicado em 2010. No período mais longo (1990-2013), o número de divórcios registou uma taxa média de crescimento anual de 4,2%, embora entre 2000 e 2013 o ritmo tenha sido mais moderado, de 1,3%. Desde 2010 que a evolução contrariou a tendência longa, registando-se uma variação média anual de -6,5%.

A população estrangeira com estatuto legal de residente que tinha aumentado sistematicamente entre 1990 e 2009, tomou uma evolução descendente desde então, e em 2014 apresentou uma taxa de variação de -13,6% relativamente ao ano de máximo. Os principais países emissores foram o Brasil, Cabo Verde e a Ucrânia, com pesos de 21,9%, 10,4%, 9,7%, respetivamente. Os maiores decréscimos registaram-se nas nacionalidades ucraniana, brasileira e angolana. Dos 10 principais países de origem apenas a China e o Reino Unido registaram um crescimento entre 2009 e 2014 (de 46,4% e de 1,1%, respetivamente).

Gráfico 4 – Casamentos e divórcios

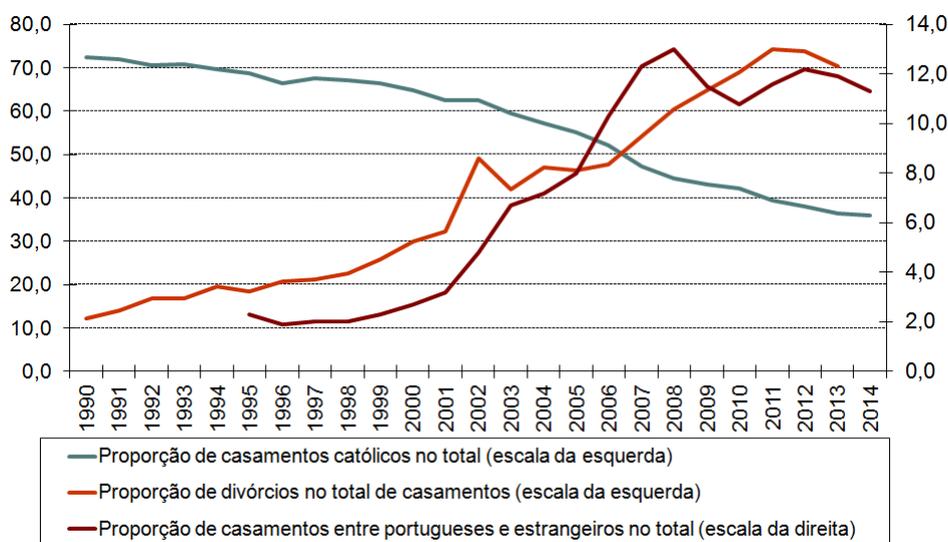
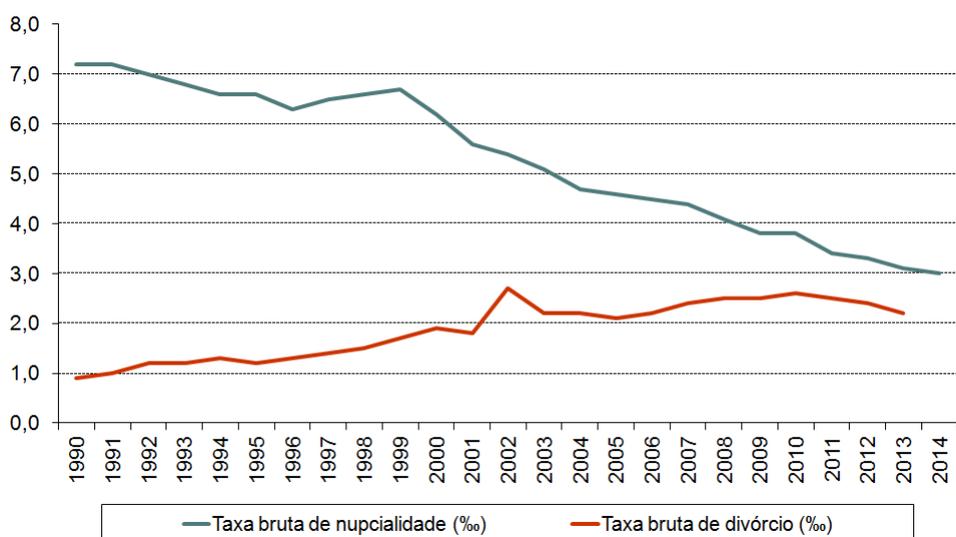


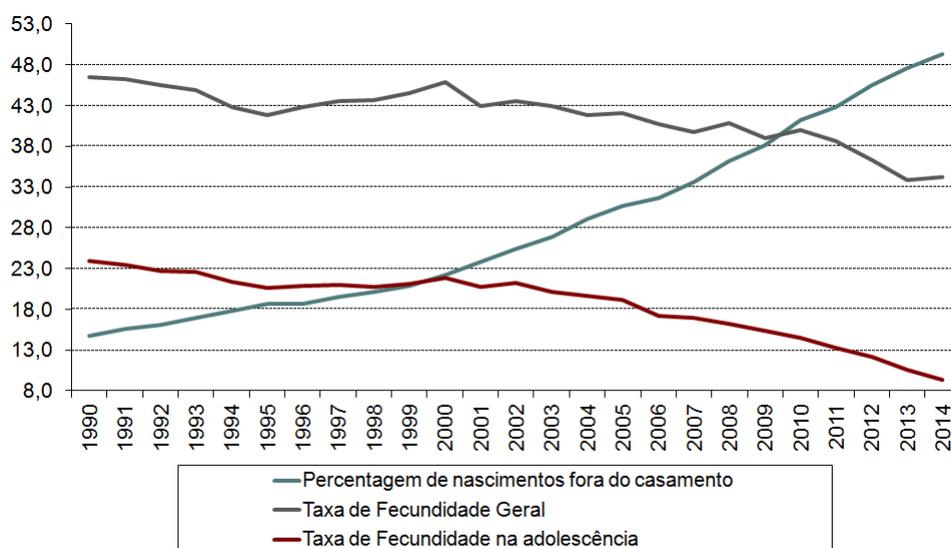
Gráfico 5 – Taxas de nupcialidade e de divórcio



A percentagem de nascimentos fora do casamento foi também aumentando, passando do valor de 22,2% em 2000 para 47,6% em 2013. Com tendência inversa, a proporção dos que coabitam com os pais foi de 69,2% em 2013, traduzindo um decréscimo face a 2008 (80,6%). Manteve-se a tendência de diminuição da taxa de fecundidade na adolescência que se verifica

desde 2000. Nesse ano a taxa situou-se em 21,9‰, muito próxima da média dos níveis da década anterior, mas desde então o movimento descendente foi nítido, atingindo-se uma taxa de 9,3‰ em 2014. A taxa de fecundidade geral foi diminuindo desde 2000, oscilou em torno de 40,0‰ entre 2007 e 2010, e diminuiu para 34,3‰ em 2014.

Gráfico 6 – Indicadores de natalidade



ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO

POPULAÇÃO ATIVA, EMPREGO E DESEMPREGO

Em 2014 a taxa de atividade registou uma quebra face a 2013, fixando-se em 50,3%. Desde 2008 que esta taxa vem exibindo uma tendência de quebra. Relativamente ao ano precedente a descida verificou-se tanto em valor absoluto, com menos 59,1 mil indivíduos ativos, como também na proporção de ativos da população residente, com uma variação de -0,3 p.p., menos intensa do que a verificada em 2013 (-0,6 p.p.). A análise da taxa de participação na população ativa por género permite identificar uma tendência para a redução da diferença entre a participação masculina e feminina. Esta diferença, que foi de 10,0 p.p. em 1998, vem decrescendo para atingir os 2,6 p.p. em 2014 (3,1 p.p. em 2013).

Em 2014 a percentagem de população ativa com 45 ou mais anos face ao total de ativos aumentou cerca de 0,3 p.p., abaixo do que se verificou no ano anterior face a 2012 (0,9 p.p.). Esta proporção apresentou uma tendência de aumento ao longo dos últimos 20 anos. Em 1998 a população com 45 e mais anos representava um pouco menos de 36,0% do total da população ativa, enquanto em 2014 o seu peso se situou em cerca de 43,5%. A proporção da mesma faixa etária relativamente ao emprego total, além de ter revelado um perfil semelhante, apresentou sempre valores mais elevados do que os correspondentes do rácio respeitante à população ativa.

Gráfico 7 – Taxas de atividade

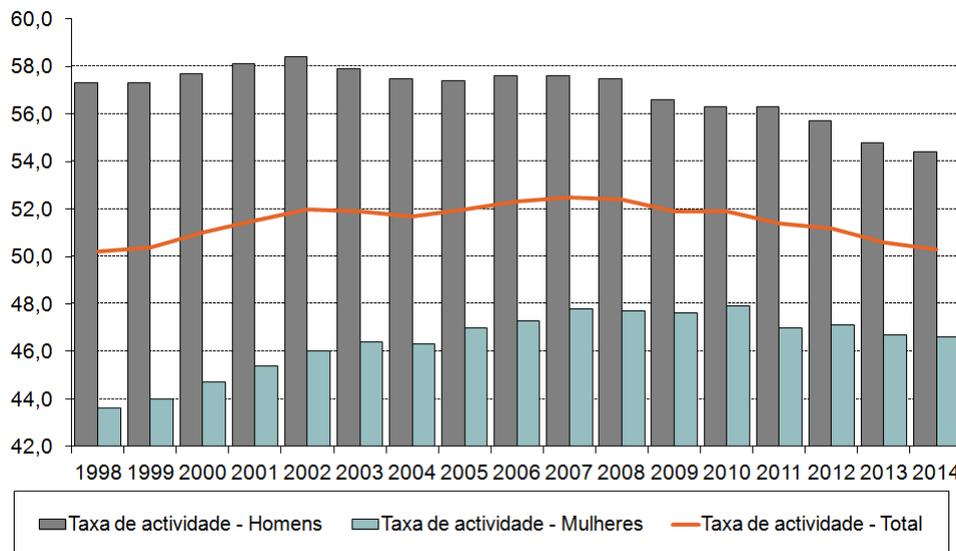
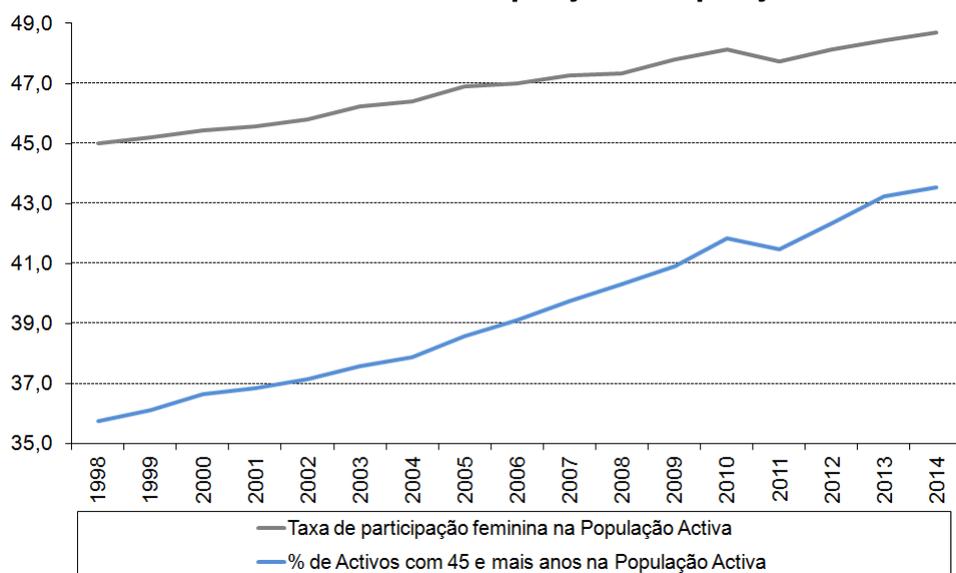


Gráfico 8 – Indicadores de composição da População Activa



O grau de escolaridade da população activa manteve a tendência de crescimento que se verifica desde 1998, com o declínio da proporção de indivíduos com o 3º ciclo do ensino básico prolongando a tendência que se verifica desde 2012. Em 2014, o número de indivíduos com o ensino superior aumentou em 114 mil, valor que corresponde a uma taxa de crescimento de 10,5%, representando cerca de 23% da população activa. Contrariamente a 2013, o ensino secundário registou um aumento anual bastante inferior ao observado no ensi-

no superior quer em termos absolutos, com 52,8 mil indivíduos, quer em termos relativos, correspondente a uma taxa de crescimento de 4,3%. Quando comparados com os valores para a UE28 verifica-se que em média a força de trabalho em Portugal é menos qualificada apesar de existir uma tendência para a redução desta distância. Em 2014 a proporção de trabalhadoras/es com o ensino superior era de 26,3% em Portugal e de 33,0% na UE28, que representou uma aproximação em 2,1 p.p. de Portugal à média UE28. Igual-

mente no ensino secundário e pós-secundário se verifica uma diferença no mesmo sentido entre os valores verificados em Portugal relativamente à UE28 (26,7% e 49,4%, respetivamente). Esta diferença, que em 2005 fora de cerca de 33,1 p.p., apresenta igualmente uma tendência para decrescer, tendo-se fixado em

2014 em 22,7 p.p.. Em sentido inverso verifica-se que as/os trabalhadoras/es cujo grau máximo de habilitações é inferior ao secundário é em Portugal de 47,0%, quando na UE28 o rácio correspondente é de cerca de 17,3%.

Gráfico 9 – Proporção de população ativa por níveis de escolaridade completa

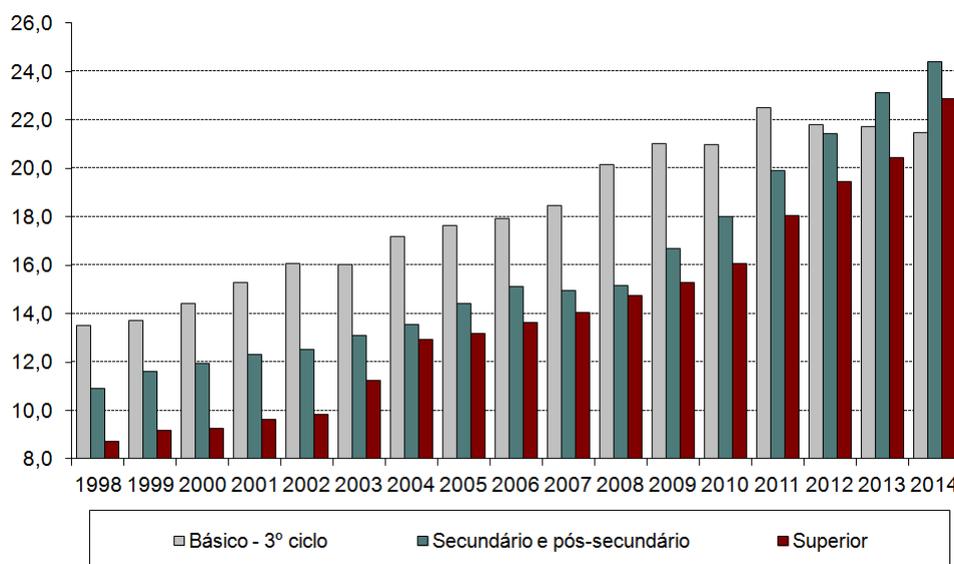
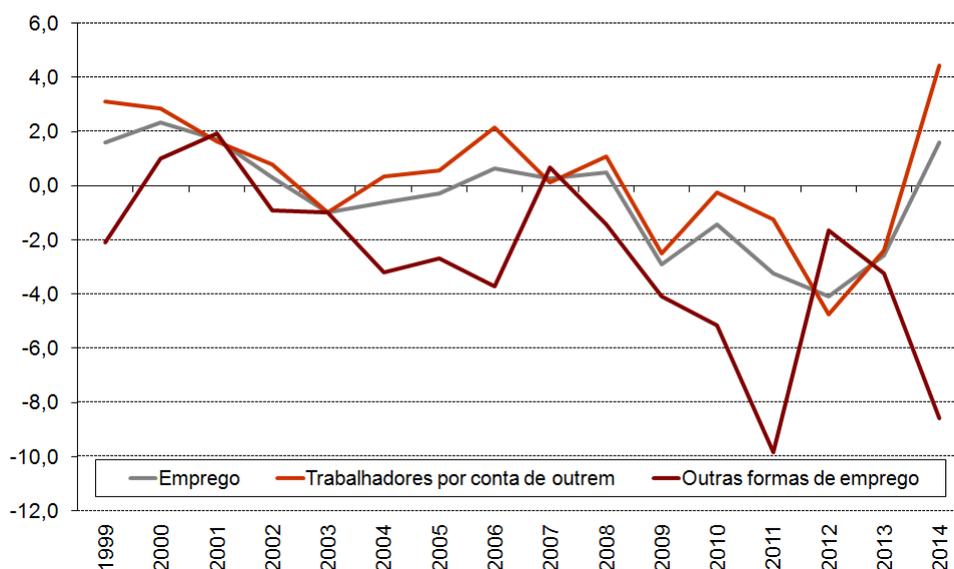


Gráfico 10 – Taxas de variação anual (%) do emprego



A população ativa e o emprego que tinham vindo a crescer desde 1998 (com exceção de 2004 e 2009 no caso da população ativa e do período 2003-2005 no

caso do emprego) registaram uma inflexão dessa tendência em 2011 (população ativa) e 2009 (emprego). Em 2014 registaram-se um crescimento do emprego e

uma quebra no desemprego, movimentos que conjugados mantiveram a tendência de quebra da população ativa (-1,1%). Entre 1998 e 2008 a população ativa e o emprego cresceram à taxa média anual de 0,8% e de 0,5%, respetivamente. No período de 2008 e 2013 a população ativa decresceu 0,9% e o emprego diminuiu 2,8%.

A tendência de quebra do emprego já verificada nos cinco últimos anos (-2,9%, -1,4%, -3,2%, -4,1% e

-2,6%), correspondendo à extinção de aproximadamente 687 mil empregos inverteu-se em 2014, ano em que se registou um acréscimo de 1,6%. Apesar deste acréscimo, as sucessivas quebras no emprego entre 2009 e 2013, conduziram o nível de emprego para valores inferiores aos registados anteriormente a 1998.

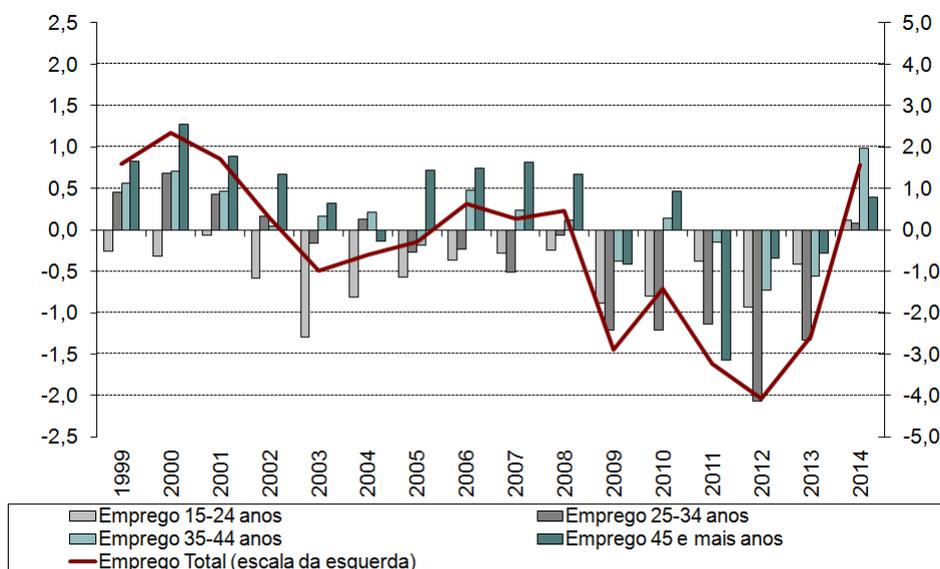
Gráfico 11 – Taxas de variação anual (%) do emprego por conta de outrem segundo o tipo de contrato



As diferentes formas de emprego exceto por conta de outrem foram responsáveis por 59,4% da queda do emprego entre 2008 e 2011. Mais recentemente, no período 2012-2013, houve uma alteração desta contribuição, sendo o emprego por conta de outrem responsável por 84,2% da quebra. Em 2014 o emprego por conta de outrem registou o maior crescimento observado desde 1998, aumentando 153,5 mil indivíduos. Este crescimento anulou o movimento de sentido contrário que é habitual observar-se nas outras formas de emprego, traduzindo-se num acréscimo do emprego total.

No universo das/os trabalhadoras/es por conta de outrem ambas as formas contratuais registaram acréscimos de grandeza aproximada (4,4% nos contratos sem termo e 4,7% nos contratos com termo e outros). Ao longo de 2014 registou-se uma inversão da quebra do emprego generalizada a todas as faixas etárias que se verificava desde 2011. Os maiores crescimentos observaram-se nas faixas etárias dos 15 aos 24 anos e dos 35 aos 44 anos (2,2% e 3,5%, respetivamente). A população empregada na faixa etária entre os 15 e os 24 anos registou mesmo pela primeira vez, desde 1998, uma recuperação no emprego.

**Gráfico 12 – Contribuição do emprego por faixas etárias (p.p.)
para a taxa de variação anual (%) do emprego total**



Em 2014 a taxa de desemprego registou pela primeira vez uma inversão da tendência de aumento que se vinha verificando desde 2001, apenas contrariada em 2008, tendo recuado 2,3 p.p. face ao valor do ano precedente. Em 1998 a taxa de desemprego em Portugal encontrava-se significativamente abaixo da média da UE28 (-4,6 p.p.). A sua contínua trajetória de aumento, em sintonia contrária com a evolução registada na UE28, levou a que a taxa de desemprego em Portugal se apresentasse a níveis mais elevados do que na UE28 a partir de 2007 embora com uma ligeira diferença (0,4 p.p.). O diferencial entre as taxas atingiu o valor máximo de 5,3 p.p. para a UE28 em 2013, reduzindo-se para 3,7 p.p. em 2014. Este perfil quando compara-

do com a zona euro é muito semelhante se bem que a amplitude de diferença entre as taxas seja menos acentuada desde 2007.

A taxa de desemprego feminino tem registado valores superiores à taxa média de desemprego total e acompanhado a tendência de crescimento total. No ano de 2014 a taxa de desemprego feminino situou-se 0,4 p.p. acima da taxa de desemprego total (0,2 p.p. em 2013).

A proporção de trabalhadores/as desempregados/as há mais de um ano registou um novo máximo com uma subida acentuada em 2014 se bem que menor que a registada no ano precedente (62,1%), fixando-se em 65,5%, o que corresponde aproximadamente 531 mil indivíduos.

Gráfico 13 – Taxas de desemprego em Portugal, na UE28 e na Zona Euro

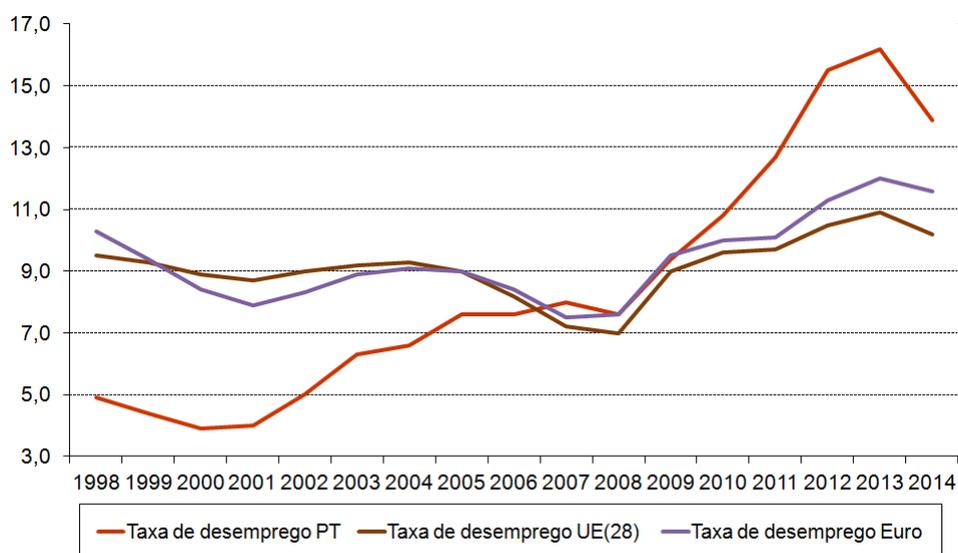
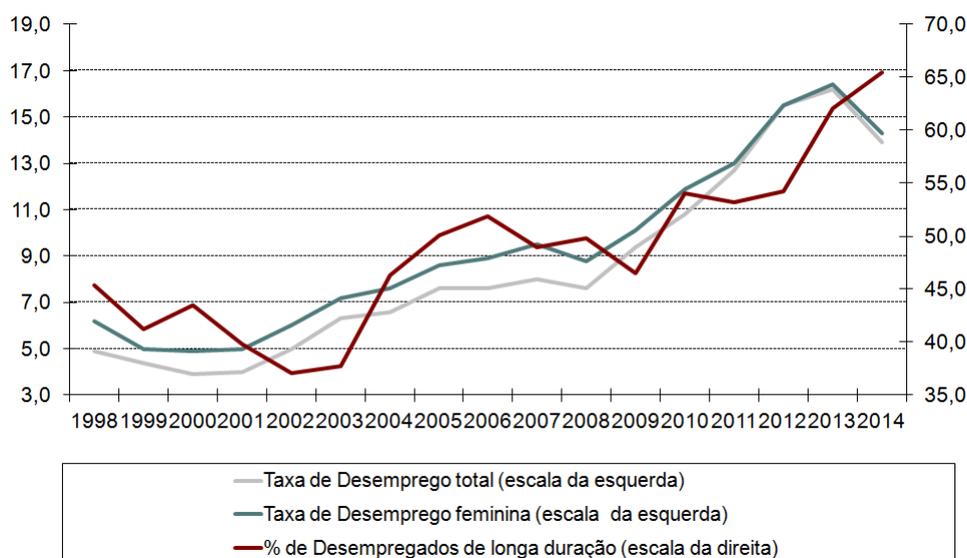


Gráfico 14 – Desemprego feminino e de longa duração



RENDIMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS

Em 2013 registou-se novo agravamento da desigualdade na distribuição do rendimento, à semelhança do que já acontecera nos três anos precedentes. As evoluções nestes quatro anos contrariaram a tendência que se observara entre 2003 e 2009. O risco de pobreza aumentou em 0,8 p.p., tal como já acontecera em

2012, passando a situar-se em 19,5%. Ficou assim quebrada a tendência de atenuação que se verificava desde 2004. Subsistem, além disso, diferenças apreciáveis quando se consideram diferentes estratos da população.

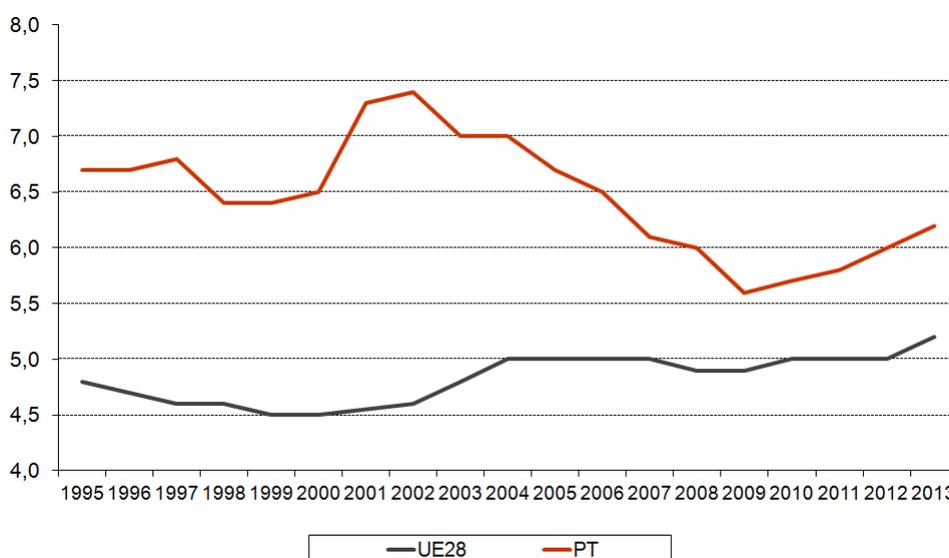
Tomando os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, em 2013 o rendimento monetário líquido equivalente de 20% da população com maior rendimento foi 6,2 vezes superior ao rendimento de

20% da população com menor rendimento. Este valor representa um novo acréscimo face aos resultados do ano precedente, prolongando a tendência de aumento iniciada em 2010. Este indicador retornou para um nível superior ao registado em 2007, embora se tenha mantido abaixo do máximo de 2002, que foi de 7,4.

O indicador continua a refletir uma situação de maior desigualdade relativamente à média europeia, embora em menor grau do que nos primeiros cinco anos da década anterior, período em que o diferencial foi superior a 2,2 p.p.. Na segunda metade dessa década o diferencial diminuiu, situando-se a sua média em 1,2 p.p.. Esta tendência de diminuição prolongou-se para os primeiros anos da atual década, culminando num diferencial na ordem de 0,7 p.p. em 2009 e em

2010. Este menor diferencial deve-se às melhorias verificadas em Portugal desde 2003 e a uma estabilização do indicador à escala europeia (no caso da UE28 o indicador estabilizou em 5,0 entre 2004 e 2012). A comparação da situação portuguesa com a da área do euro fornece o mesmo tipo de resultados, ou seja, maior grau de desigualdade na distribuição de rendimento e atenuação tendencial dessa disparidade desde 2006, devido a andamentos opostos dos indicadores em Portugal e na Zona Euro. Porém, nos dois últimos anos registou-se uma inversão da tendência, tendo o diferencial retornado para 1,0 p.p.. O diferencial estabilizou em 2013 porque nesse ano o indicador aumentou no mesmo montante tanto em Portugal como na UE28.

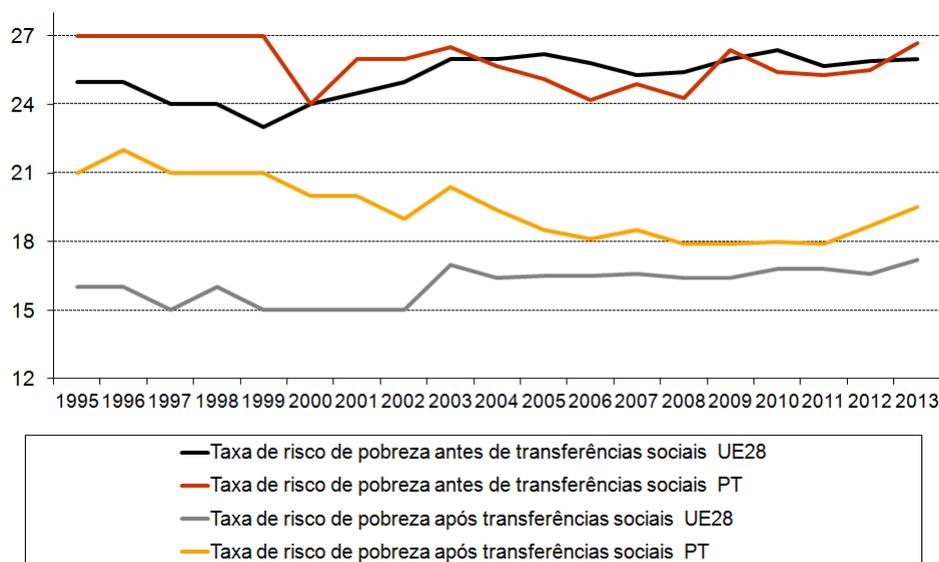
Gráfico 15 – Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)



Segundo os dados do mesmo inquérito, estima-se que em 2013 o risco de pobreza, avaliado pela proporção de população com rendimento monetário líquido equivalente abaixo de 60% do rendimento mediano, se tenha situado em 19,5%, o que corresponde um aumento de 0,8 p.p. relativamente à proporção referente a 2012. O indicador analisado já toma em conta quer os rendimentos provenientes das pensões (velhice e

sobrevivência), quer as transferências sociais (relacionadas com a doença e incapacidade, apoio à família, desemprego e inserção social). Considerando apenas os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas, o risco de pobreza seria na ordem 47,8%, mais 0,9 p.p. do que em 2012. Considerando adicionalmente as pensões, o risco de pobreza em 2013 seria de 26,7%, mais 1,2 p.p. do que em 2012.

Gráfico 16 – Taxa de risco de pobreza



Comparando com a UE28, o risco de pobreza tem sido mais elevado em Portugal (em 2013, esta taxa de risco foi de 17,2%, contra 19,5% para Portugal). Numa primeira fase, até 2003, aproximadamente, a diferença de taxas de risco deveu-se tanto ao diferencial de risco antes das transferências sociais como ao menor impacto das transferências sociais. Porém, a partir de 2004 o diferencial do risco de pobreza antes das transferências face à UE28 passou a ser favorável a Portugal, passando a contar o diferencial do impacto das transferências, menos favorável em Portugal do que na UE28. Porém, este diferencial foi diminuindo, e em consequência, registou-se uma tendência para a diminuição do diferencial face à UE28 da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, que em 2011 se situava em 1,1 p.p., quando em 2002 fora na ordem de 4,0 p.p.. No entanto, mais recentemente este diferencial voltou a aumentar, situando-se em 2013 em 2,3 p.p.. Note-se que neste último ano também a taxa de pobreza antes das transferências sociais voltou a ser mais elevada em Portugal do que na UE28.

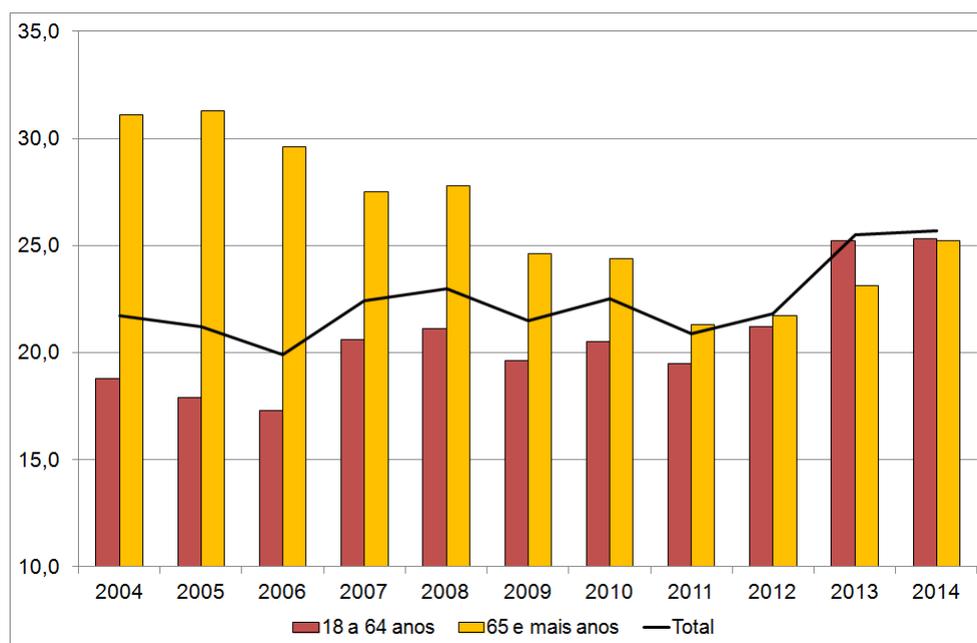
O risco de pobreza continuou a apresentar diferenças de acordo a idade dos indivíduos (mais acentuado nos jovens, ao contrário do que acontecia até 2006), a composição do agregado familiar (penalizando os agregados mais numerosos e as famílias com um adulto e crianças), a condição perante o trabalho (as/os desempregadas/os têm um risco de pobreza muito superior à média, as/os empregadas/os muito inferior). Assinale-se que no caso dos idosos (indivíduos com 65 e mais anos) se registaram nítidas melhorias entre 2007 e 2013, tendo o risco de pobreza diminuído de 22,3% para 15,1%, apesar do aumento registado no último ano. Note-se ainda que as mulheres voltaram a ter um risco mais elevado em 2013, contrariando a inversão pontual que se observava em 2012.

Comparando a taxa de risco de pobreza após as transferências sociais de 19,5% com os valores anteriores, verificou-se um retorno para o nível de 2004, embora tenham ocorrido melhorias em certos estratos. Além do caso já referido dos idosos, registaram-se melhorias na generalidade dos agregados sem crianças dependentes, dos empregados e dos reformados. Inversamente, nos

agregados com crianças dependentes registaram-se agravamentos (embora com algumas exceções segundo a composição dos agregados) e o mesmo se verificou no estrato de desempregados. Em termos globais, a

taxa de intensidade da pobreza (definida pela comparação entre o rendimento mediano dos indivíduos em risco de pobreza e a linha de pobreza) aumentou para 30,3%, quando em 2003 era de 24,7%.

Gráfico 17 – Taxa de privação material segundo o grupo etário



Em 2014, a taxa de privação material (a percentagem de pessoas que nesse período viviam em agregados em que se verificava a falta de pelo menos três dos nove itens de privação por motivos económicos) foi de 25,7%, o que representa um ténue aumento face ao registado em 2013, ano em que se dera um acréscimo de 3,7 p.p. relativamente ao ano precedente. Este indicador não tem apresentado uma tendência evidente, mas nos dois últimos anos denotou uma passagem para um patamar mais elevado. Considerando uma estratificação por classes etárias, verifica-se que apenas na classe de mais de 65 anos houve uma tendência perceptível de diminuição, muito embora contrariada nos dois últimos anos, e mais intensificada em 2013.

Manteve-se em 2013 a tendência para a difusão das TIC junto das famílias, a avaliar pelo conjunto de indicadores disponíveis, os quais voltaram a apresentar aumentos face ao observado anteriormente, inserindo-se em tendências claras de crescimento. Em 2014, 68,0% dos agregados familiares possuíam computador, o que representa um acréscimo de 1,3 p.p. face ao ano precedente, e de 25,5 p.p. relativamente a 2005. A *internet* podia ser acedida por 64,9% dos agregados (62,3% em 2013, 31,5% em 2005), e 63,4% podiam fazê-lo através da banda larga (61,6% em 2013, 19,7 em 2005).

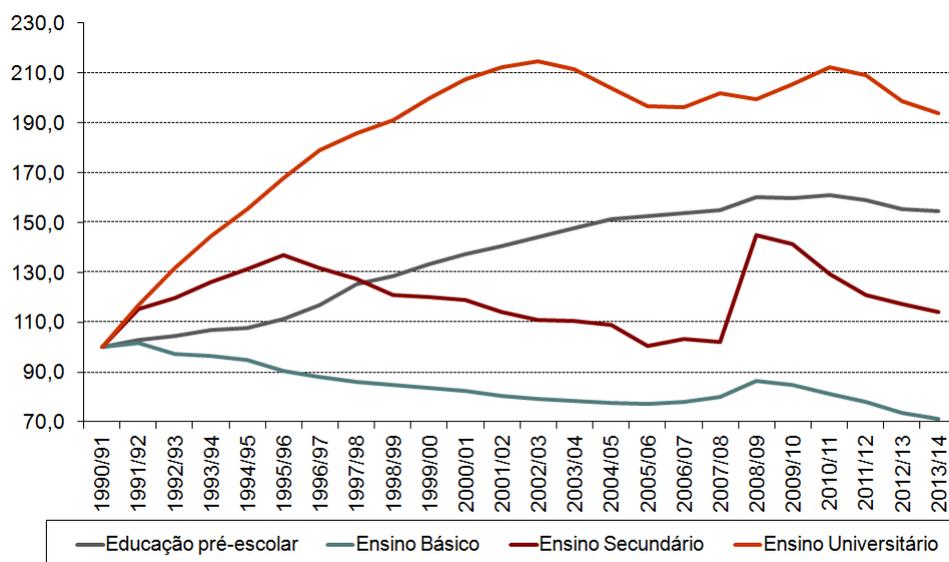
EDUCAÇÃO

Mudanças legislativas (lei de base do sistema educativo), evoluções demográficas (declínio da população juvenil) e opções de política sectorial (expansão da rede pública de ensino pré-escolar) influenciaram a evolução da estrutura escolar ao longo das duas últimas décadas.

A evolução no número de crianças a frequentar o pré-escolar registou um aumento desde 1990/1991 até 2008/2009. Nos períodos seguintes o esforço dedicado à frequência do pré-escolar com a consagração da universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade em 2009 não se refletiu num

aumento da população pré-escolar. Ao contrário, o número de crianças entre os 3 e os 5 anos de idade a frequentar um estabelecimento de ensino diminuiu 3,3% entre 2009/2010 e 2013/2014, resultado que pode ser atribuído a uma tendência longa de declínio da taxa de crescimento natural da população. Na verdade, a expansão da taxa bruta de educação pré-escolar foi muito significativa. Em 1990/1991 a educação pré-escolar abrangia cerca de metade das crianças com idades entre os três e os cinco anos, enquanto em 2013/2014 cobria 89,8% (em pequeno decréscimo face ao ano precedente) do mesmo estrato populacional, sendo evidente a tendência crescente desta proporção entre os dois períodos.

Gráfico 18 – Índices de população escolar por tipo de ensino (1990/1991=100)



A desfavorável evolução demográfica teve igualmente impacto no número de alunos inscritos no ensino básico, que desde o ano letivo 1991/1992 regista uma tendência de diminuição, apenas interrompida nos três anos letivos entre 2005/2006 e 2008/2009. Nesse período houve um significativo aumento das inscrições de adultos, motivado pelo Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (SRVCC), que

elevou transitoriamente o número de inscritos. No ano letivo de 2013/2014 o número de inscritos representava 86,5% dos inscritos em 2000/2001, e 71,2% dos inscritos em 1990.

No ensino secundário verificou-se a mesma tendência e um fenómeno transitório semelhante e de maior amplitude: à tendência de diminuição do número de inscritos, que se verificava desde 1996/1997, sobrepôs-se o

impulso provocado pelo SRVCC, o que levou a um aumento forte e brusco das inscrições em 2008/2009 (cerca de mais de 42,0% das inscrições que se verificaram no ano letivo precedente), após o qual se retomou a trajetória descendente, atingindo em 2012/2013 um nível próximo do que se registara em 2000/2001.

Refira-se ainda a importância crescente do ensino privado em todos os níveis do ensino básico e no ensino secundário durante a década de 2000/2001 a 2009/2010, em termos do número de matrículas. Note-se o reforço quase contínuo do seu peso até 2009/2010 em todos os graus do ensino básico, especialmente no 3º ciclo. A partir deste ano letivo verificou-se uma inversão daquela tendência. No ensino secundário, a importância do ensino privado teve um perfil semelhante, tendo aumentado até 2008/2009 (o seu peso foi de 24,0%, o que compara com as proporções de 8,5% e de 16,8% em 1990/1991 e em 2000/2001, respetivamente), e registado uma diminuição nos anos seguintes. Ao invés, no ensino pré-escolar, realce-se a tendência de expansão da rede de educação pré-escolar pública, que a partir de 2000/2001 ultrapassou em número de alunas/os matriculadas/os no ensino privado. A rede pública manteve uma tendência de aumento da sua importância relativa, com exceção de um breve período, entre 2008/2009 e 2009/2010, muito embora os aumentos sejam cada vez menores. Em 2013/2014, 53,5% das inscrições efetuaram-se na rede pública. No

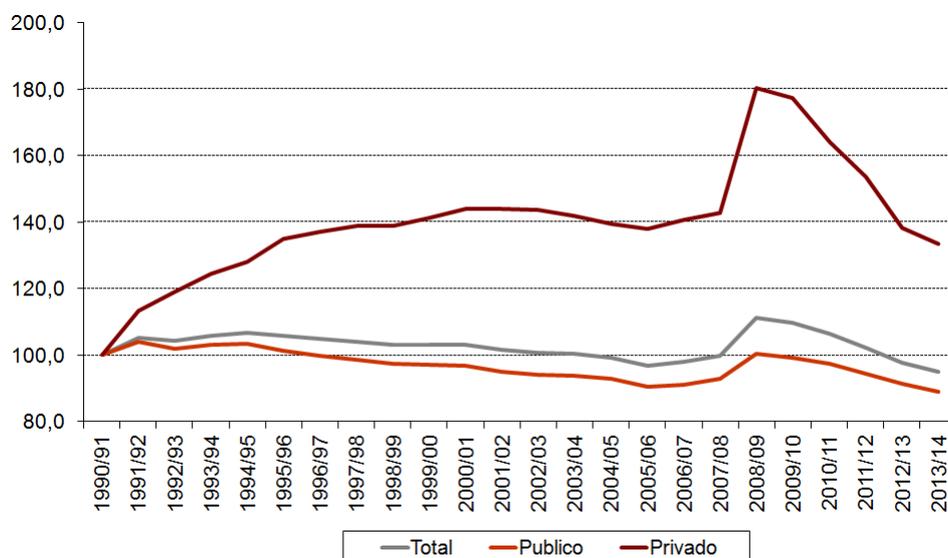
ensino universitário, o peso do ensino privado aumentou até ao final da primeira metade da década de 90, declinando em seguida. Em 1995/1996 atingira-se o peso máximo de 36,6%, em 2000/2001 a proporção diminuíra 29,4% e em 2013/2014 foi de 16,7%.

Registe-se o aumento da população escolar juvenil inscrita no ensino profissional secundário, na ordem de 117 mil, o que traduz a sua multiplicação por um fator de cerca de 18,3 face ao valor de 1990/1991, e por um fator de 3,8 face ao 2000/2001. Este tipo de ensino representava em 2013/2014 cerca de 32,4% da população escolar juvenil do ensino secundário, o que compara com a proporção de 2,2% que se verificava em 1990/1991.

No ensino superior manteve-se a tendência crescente da taxa de escolarização, embora em patamares de duração variada (entre 2002/2003 e 2006/2007 este rácio estabilizou em cerca de 27,0%). Nos anos mais recentes o indicador situou-se crescentemente acima de 32,0%, o que compara com os valores de 15,1%, 25,9% e de 31,5% dos anos letivos de 1994/1995, 2000/2001 e 2010/2011, respetivamente.

Verificou-se um aumento de 44,8% do número de diplomadas/os nos últimos 13 anos (61,1 mil em 2000/2001, contra 88,5 mil em 2013/2014), bem como uma melhoria do seu desempenho avaliado pela proporção face ao número de inscritas/os que no mesmo período aumentou de 15,4% para 25,3%.

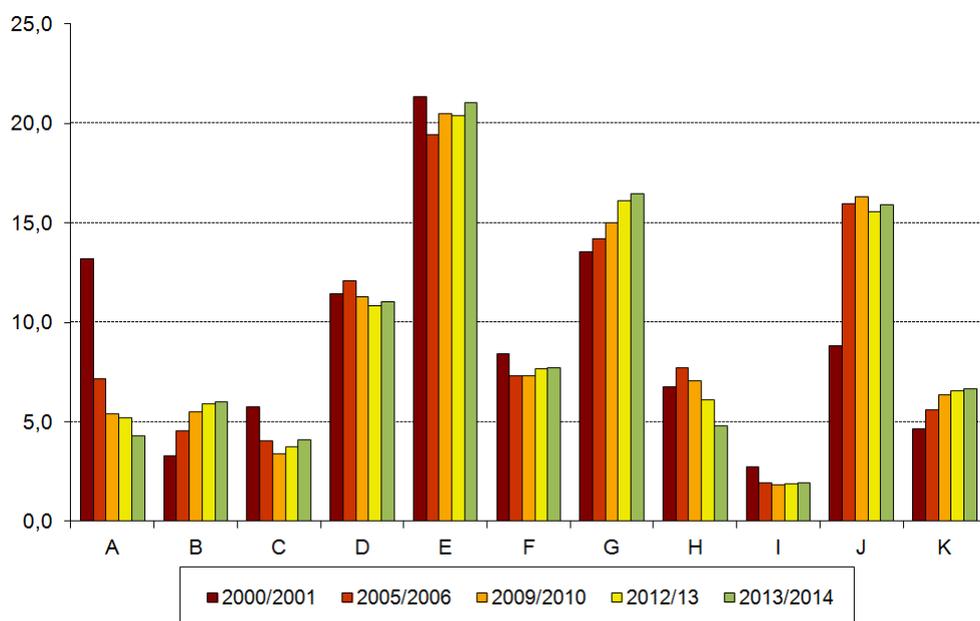
Gráfico 19 – Índices de população escolar segundo a natureza institucional dos estabelecimentos de ensino (1990/1991=100)



Por outro lado, refiram-se as alterações das preferências manifestadas por cursos universitários, entre 2000/2001 e 2014/2015. Verificaram-se diminuições significativas nas proporções de diplomadas/os nas áreas de Formação de Professoras/es/Formadoras/es, e em menor escala nos de Ciências Empresariais e Direito, bem como de Humanidades e Agricultura e Veterinária. Em contrapartida, os principais aumentos observaram-se nas áreas de Engenharia e Técnicas Afins, de Ciências da Vida, Física, Matemática e Informática e de Artes. Nas posições relativas, as Ciências Empresariais e Direito mantêm a primeira posição; a Saúde e os

Serviços Sociais, passaram da terceira para a segunda posição; as Engenharias e Afins subiram da quinta para a terceira posição. Em termos do número de inscritos, verificou-se o seguinte reposicionamento relativo das áreas de estudo em 2014/2015 face a 2000/2001: as Ciências Empresariais e Direito continuaram a ocupar a primeira posição, de forma estabilizada; as Engenharias e Técnicas Afins mantiveram a segunda posição, mas reforçadamente. Já na terceira posição encontrava-se a Saúde e os Serviços Sociais, por troca com o grupo de Formação de Professores, que decaiu acentuadamente.

Gráfico 20 – Proporção de diplomados por área de estudo



A - Formação de Professores/formadores e Ciências da Educação
B - Artes
C - Humanidades
D - C.S e do Comportamento, informação e jornalismo
E - Ciências Empresariais, Direito
F - Ciências Vida, Físicas, Mat e Estatística, Informática
G - Engenharias e Afins, Ind. Transformadora
H - Arquitectura e Construção
I - Agricultura, S., P. Veterinária
J - Saúde, Serviços Sociais
K - Serv. Pessoais, Transporte, Ambiente, Segurança

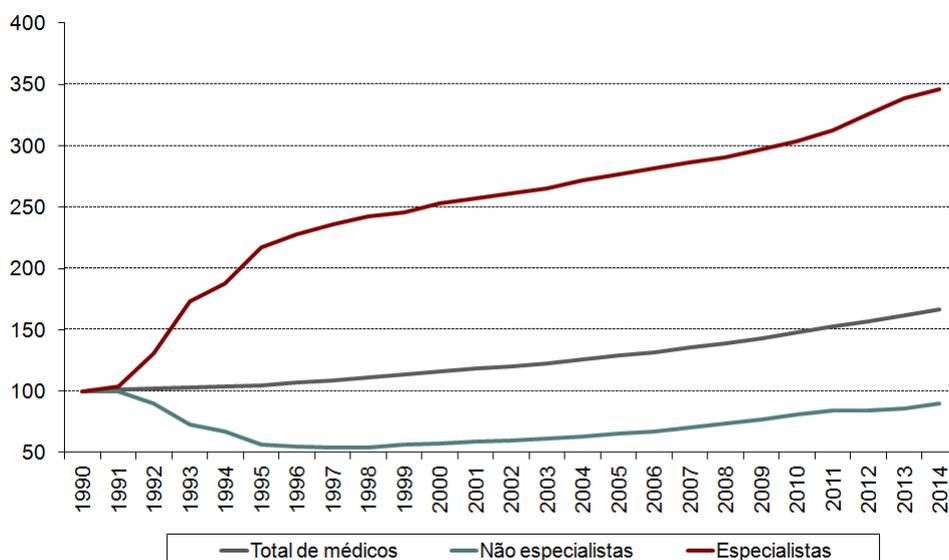
SAÚDE

De acordo com a informação disponível, parte apenas referente até 2013, mantêm-se as tendências anteriormente detetadas de aumento dos recursos humanos no setor, com aumentos da capacidade de oferta em segmentos mais especializados e com maior intensidade de aproveitamento dos recursos disponíveis.

Analisando a componente de recursos humanos, manteve-se a melhoria contínua do rácio número de médicas/os por mil habitantes, que foi de 4,5 em 2014, o que corresponde ao aumento de 1 médica/o por 1000

habitantes na última década. A mesma tendência, e até mais intensa, continuou a detetar-se no rácio número de enfermeiras/os por mil habitantes, que alcançou o valor de 6,4 no mesmo ano, quando em 2003 se situara em 4,2. O número de médicas/os especialistas continuou a aumentar, à taxa de 2,2%, entre 2014 e 2013, e o mesmo se verificou com o número de não especialistas, à taxa de 4,8%. A proporção de especialistas encontra-se relativamente estabilizada nesta primeira metade da década, em torno de 62,0% do total.

Gráfico 21 – Índices de médicos segundo a categoria (1990=100)



O número de internamentos diminuiu em -1,3% em 2013, no seguimento da tendência iniciada em 2008. O número de dias de internamento também denotou uma tendência de diminuição, embora com significativas oscilações. A tendência de diminuição do número de camas é bastante mais nítida, tendo diminuído a uma taxa média anual de -0,6% entre 2000 e 2013, o que se traduziu numa quebra de -7,0% face ao valor de 2000. Em contrapartida, a taxa de ocupação manifestou uma tendência de aumento (78,5% em 2013, contra 75,8% em 2000). Por outro lado, o número de salas de operação cresceu ao ritmo médio anual de 1,7%, durante o mesmo período. Tendências de aumento também se registaram quer nas intervenções de grande e média cirurgia por dia, cujo número aumentou ao ritmo médio anual de 3,5%, quer com as consultas nos hospitais por habitante, cujo número cresceu ao ritmo médio anual de 5,0%.

Quanto aos indicadores de saúde relacionados com a mortalidade, a taxa de mortalidade infantil em 2014

diminuiu para 2,8 óbitos por 1000 nados vivos, no seguimento do valor de 2,9 registado no ano precedente. Estes dois valores mais recentes representam um retorno à anterior tendência longa de diminuição desta taxa. Recorde-se que em 1990 o seu valor fora de 10,9, tendo diminuído quase continuamente até 2008, ano em que alcançou o valor de 3,3; entre 2008 e 2012 o indicador teve um comportamento oscilatório, com um valor médio de 3,2.

No que se refere às principais causas de morte em Portugal, do total de óbitos ocorridos em 2013, 29,5% foram provocadas por doenças do aparelho circulatório e 24,3% por tumores malignos. Relativamente às respetivas taxas de mortalidade, a primeira retomou a tendência decrescente, situando-se em 3,0‰ em 2013 (4,0‰ em 2000), enquanto a segunda aumentou ligeiramente, passando para 2,5‰ e inserindo-se num perfil ascendente (2,1‰ em 2000).

Gráfico 22 – Indicadores de capacidade e de utilização do serviço de saúde

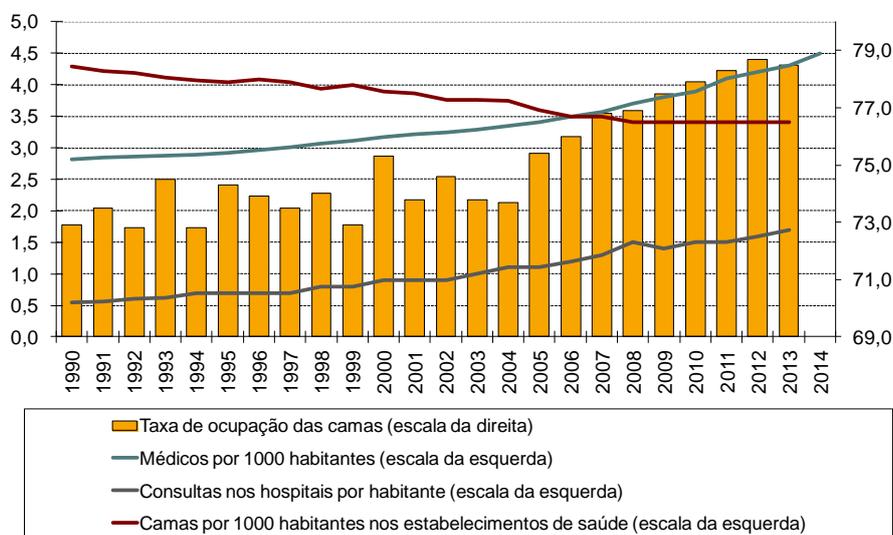
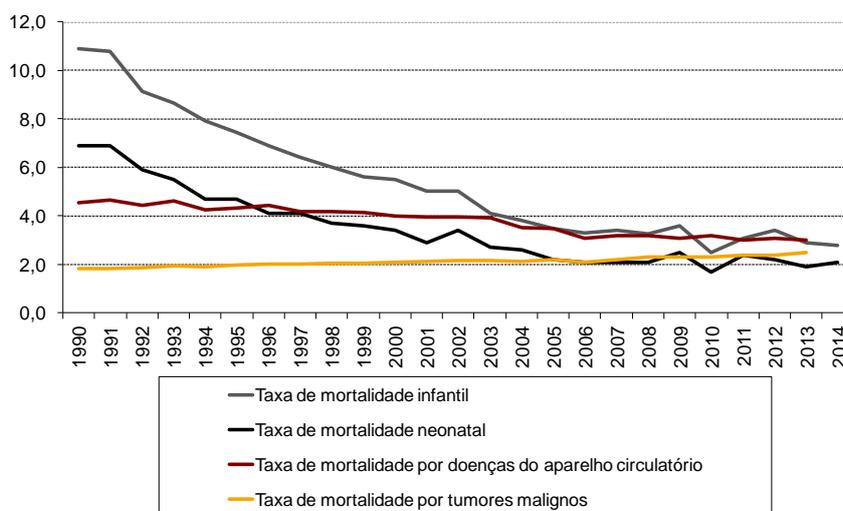


Gráfico 23 – Indicadores relacionados com a mortalidade



ATIVIDADE ECONÓMICA EMPRESAS

Na estrutura empresarial (empresas não financeiras), o conjunto dos serviços ocupa um papel predominante, muito embora o seu peso dependa da variável em observação (76,4% para o número de empresas, 66% para o número de pessoal ao serviço e cerca de 60% para o volume de negócios e VAB). Comparando os dados do Sistema de Contas Integrado das Empresas

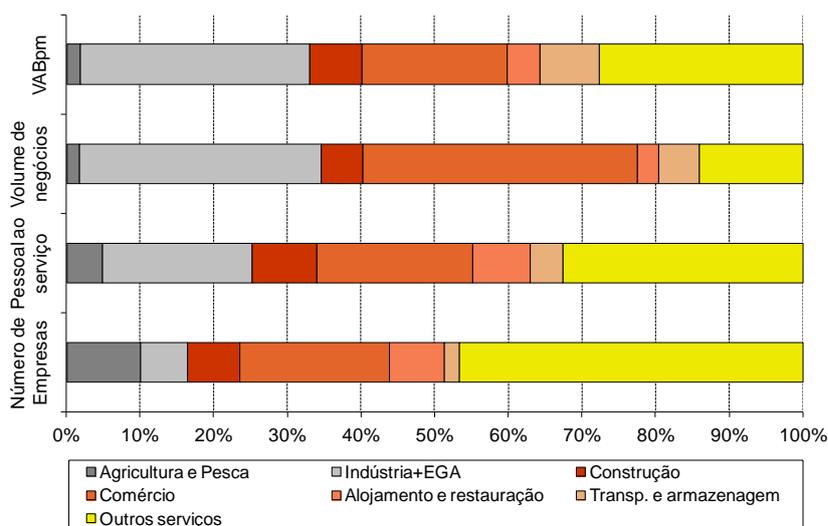
(SCIE) de 2014 e de 2013, verifica-se que os serviços mantiveram aproximadamente a importância relativa para todas as variáveis consideradas. O Comércio foi o setor que, individualmente, representou a maior parcela (37,3%) do volume de negócios, seguido de perto da Indústria (incluindo a Eletricidade, gás e água) com um peso de 32,8%, valores muito próximos aos observados no ano anterior.

O Alojamento e restauração evidenciou a taxa de crescimento (face ao ano anterior) mais elevada em termos

de volume de negócios (9,0%), a Agricultura e pesca foi o setor com maior crescimento no Pessoal ao serviço (3,9%) e no VAB (14,2%), enquanto a Construção manteve a sua contração em todos os indicadores con-

siderados (entre -2,6% no VAB e -6,7% no Volume de negócios).

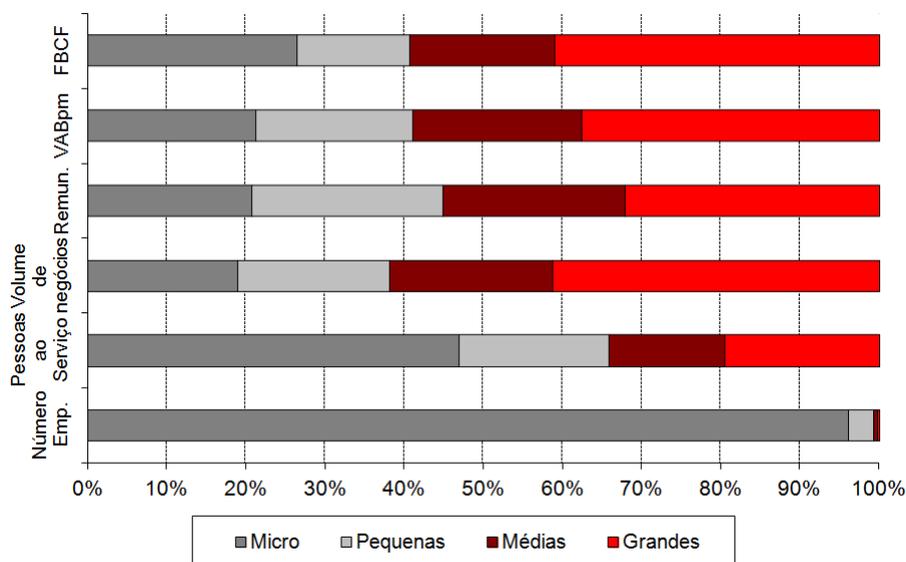
Gráfico 24 – Estrutura empresarial por atividades em 2014



Por outro lado, a estrutura produtiva continua a ser bastante determinada pela importância relativa das pequenas e médias empresas. Em termos gerais, a dimensão média das empresas em 2014 foi idêntica à de 2013, de cerca de 3,1 pessoas ao serviço, valor que não se afasta muito do que se verificava em 2005 (era de 3,5 pessoas ao serviço). Em 2013 a proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (micro empresas) no total das empresas foi na ordem de 96,2%, abrangendo 47,0% do pessoal ao serviço e representando 19,0% do volume de negócios. Alargando às empresas com menos de 50 pessoas ao serviço (pequenas empresas e micro empresas), verifica-se que

este conjunto representou 99,4% do número de empresas, a que correspondeu uma proporção de 66,0% do número de pessoas ao serviço e de 38,3% do volume de negócios. O conjunto das pequenas e médias empresas (até 249 pessoas ao serviço) representava, em 2014, 99,9% do número de empresas, 80,0% do pessoal ao serviço e 59,3% do volume de negócios. A informação disponível para 2013 aponta para uma estrutura semelhante deste conjunto de empresas, havendo apenas a registar uma diminuição de 0,5 p.p. relativamente ao pessoal ao serviço e um acréscimo de 0,5 p.p. no volume de negócios.

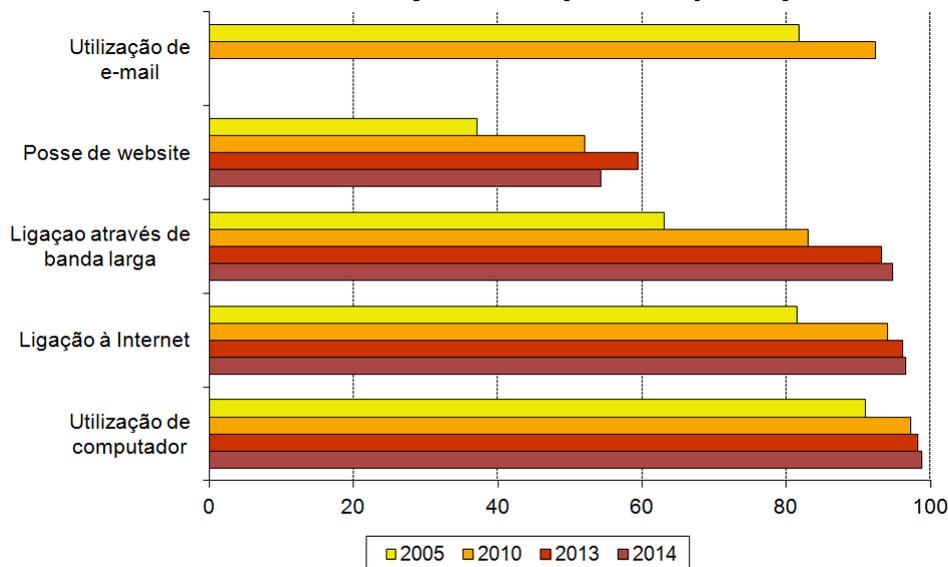
Gráfico 25 – Estrutura empresarial por tipo de empresa em 2013



No que se refere à utilização de TIC, manteve-se a tendência para a sua difusão generalizada. De acordo com o Inquérito às empresas sobre esta matéria, a proporção de empresas dispoñdo de computadores em 2014 foi de 98,8%, mais 0,6 p.p. do que no ano precedente e mais de 7,8 p.p. do que em 2005. Por outro lado, 96,5% das empresas dispunha de acesso à *internet* (um pouco mais do que em 2013), sendo que 94,7% do total poderia aceder através de banda larga (mais 1,5 p.p.).

Comparando com 2005, os ganhos nas variáveis ligação à internet e posse de *website* cifraram-se em 15 e 17 p.p., respetivamente, enquanto a ligação através de banda larga registou um ganho ainda mais pronunciado: 31,7 p.p.. Desde 2012 que a proporção das empresas que receberam encomendas eletrónicas se situa próxima dos 14%, após resultados mais favoráveis nos anos de 2008 e 2010 com perto de 19%.

Gráfico 26 – Utilização de TIC (% de empresas)



COMÉRCIO INTERNACIONAL

A taxa de cobertura das importações pelas exportações decresceu ligeiramente, após cinco anos de crescimento consecutivo, atingindo, em 2014, o valor de 81,6%, o que representa um decréscimo de 1,4 p.p. face ao ano anterior.

Após quatro anos consecutivos em que as exportações registaram uma taxa de crescimento anual superior à das importações, no ano de 2014 as importações voltam a crescer mais do que as exportações (3,4% contra 1,7%), resultando, no entanto, num défice de cerca de 10 mil milhões de euros, ligeiramente abaixo de metade do valor médio anual verificado no período 2005-2010.

No período 2010-2014 observam-se duas tendências, uma das quais se refere à redução do grau de dependência das exportações (o peso dos quatro principais mercados de exportação no total atinge uma média de 54%, contra cerca de 60% no período quinquenal anterior) enquanto outra, desfavorável, se refere ao peso das exportações de bens de alta tecnologia no total que decresce para 3,3%, contra um resultado que rondava os 6,3% no período quinquenal anterior.

Em 2014 o grau de abertura da economia portuguesa, medido pelo rácio entre o valor da soma das exportações e das importações de bens e o valor do PIB, a preços correntes, foi de 61,7%, crescendo pelo quinto ano consecutivo. A evolução deste indicador desde 2010 está associada à diminuição das importações, dada a contração da procura interna, à manutenção do crescimento do valor das exportações, bem como à quebra do PIB a preços correntes.

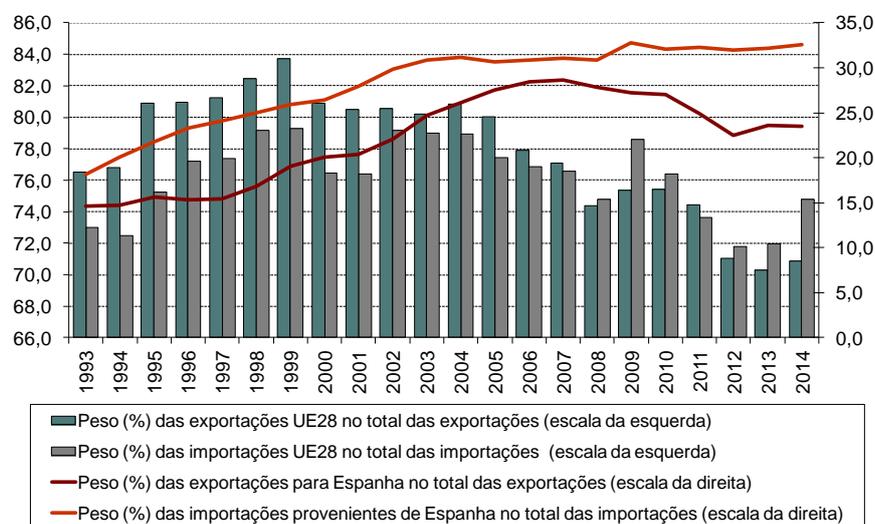
A União Europeia (UE28) continua a ter o maior peso no destino (70,9%) e na origem (74,8%) das trocas comerciais, apesar de ser perceptível uma tendência para a diminuição da sua importância desde 2000, mais

atenuada no caso das importações. Neste conjunto destaca-se a Espanha que alcançou um peso nas exportações de 23,5% e nas importações de 32,6%. A Alemanha é o segundo país da UE28 com maior peso nos fluxos comerciais, sendo o destino de 11,7% das mercadorias exportadas e a origem de 12,3% das importações. A França é o terceiro país do ranking, com um peso nas exportações de 11,7% e nas importações de 7,1%. No âmbito dos PALOP, os fluxos comerciais com Angola apresentaram a maior quota, sendo já o quarto país cliente das exportações portuguesas (6,6% do total).

Os outros países com maior peso nas exportações de mercadorias portuguesas foram o Reino Unido (6,1%), os Estados Unidos da América (4,4%) e os Países Baixos (4%). Quanto às importações de outros países salientem-se a Itália (5,2%), os Países Baixos (5,1%), o Reino Unido (3,1%), Angola e China (cada um com 2,7%).

A estrutura do comércio por grupos de produtos tem sofrido algumas alterações, em ligação com o enquadramento externo e a conjuntura nacional. Do lado das exportações, há a assinalar a relativa estabilidade dos bens intermédios e dos produtos alimentares e agrícolas (em torno de 34,0% e 11,0%, respetivamente), e uma diminuição do peso dos combustíveis e lubrificantes (10,1% em 2013 para 8% em 2014), enquanto no material de transporte e acessórios se mantém a inflexão na tendência que tinha sido de crescimento até 2011 (18,1% em 2011, contra 14,6% em 2014). Nas importações, o aumento mais evidente encontrou-se no material de transporte, enquanto as diminuições se situaram nos combustíveis e lubrificantes, sendo de notar que os bens intermédios e os produtos alimentares e agrícolas mantiveram sensivelmente o seu peso.

Gráfico 27 – Indicadores de Comércio Internacional (%)

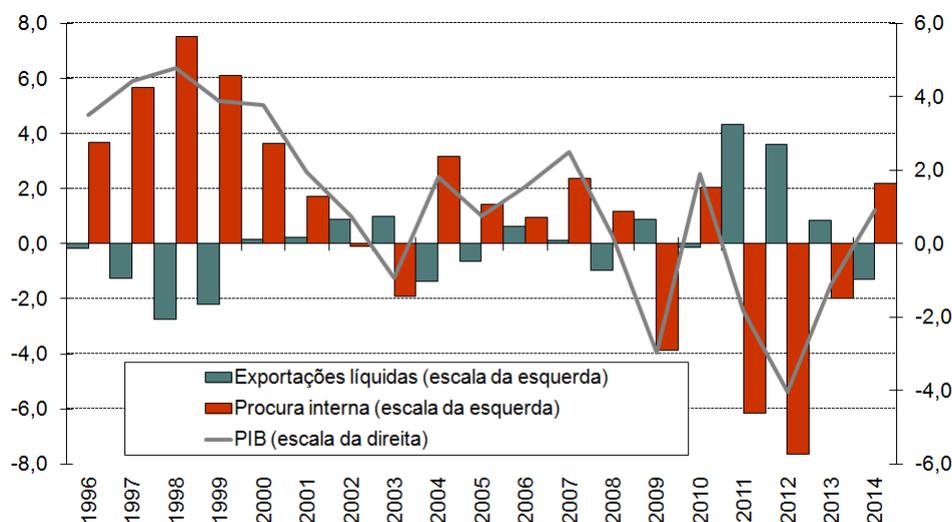


CONTAS NACIONAIS

O período delimitado pelos anos de 1995 e de 2013 abarca dois ciclos por referência ao grau de dinamismo económico: um, mais curto, situado entre 1995 e 2001, na qual se verificou um intenso crescimento do PIB, a uma taxa média anual de 3,7%, muito embora em desaceleração no último ano em que o crescimento se situou em 1,9%. Um outro, desde 2002, de estagnação económica, e que compreende três situações recessivas: de 2003, de 2009 e de 2011 a 2013. Em 2014 ocorreu uma inversão do último ciclo recessivo, verificando-se um crescimento moderado. Qualquer uma destas situações (com exclusão de 2003 e de 2011) segue o padrão das economias europeias que integram a zona euro, embora com diferentes amplitudes. Especificamente, a recessão mais recente está ligada à moderada recuperação das economias após a crise de 2008-2009, sendo a característica recessiva determinada pelo impacto da política de natureza restritiva aplicada à economia portuguesa.

Em 2014 o PIB cresceu à taxa de 0,9%, resultado que inverte as sucessivas quebras verificadas desde 2011. Comparando com as quebras ocorridas desde 2011, verifica-se que do lado da procura agregada os movimentos foram de sentido inverso: expansão da procura interna contrariando o comportamento de contração que se vinha observando desde 2011 e recuo da procura externa em termos líquidos que regressou a um valor negativo. A expansão da procura interna conjugada com o comportamento da procura externa líquida contribuíram para a mudança de sentido na taxa de crescimento do PIB e para um diferencial na ordem de 2,0 p.p. quando comparado com 2013. Com efeito, em 2014 a procura interna atingiu uma taxa positiva (2,2%) que compara com o valor de -2,0% em 2013, apresentando uma contribuição determinante para a variação do PIB na ordem de 2,3 p.p. (-2,0 p.p. em 2013) e a procura externa líquida apresentou um contributo negativo, de -1,3 p.p., de sinal contrário ao que se vinha verificando desde 2011.

Gráfico 28 – Contributos da despesa (p.p) para o crescimento em volume do PIBpm (%)

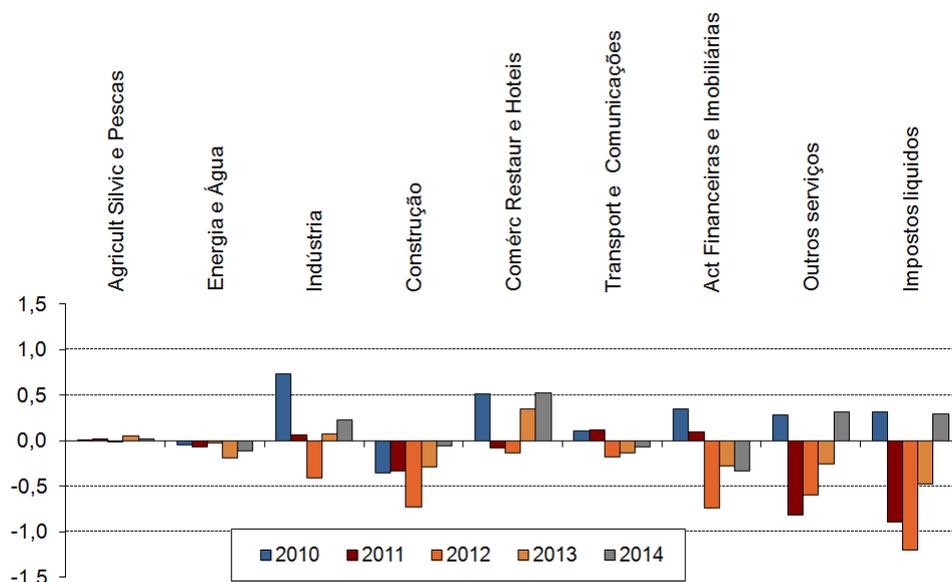


No plano interno, as despesas das famílias residentes em bens e serviços cresceram em termos reais à taxa de 2,3% em movimento inverso à contração verificada em 2013 (-1,3%). Todos os três grandes grupos de despesa apresentaram movimentos positivos. As despesas em bens Alimentares apresentaram um crescimento de 0,6% (-0,5 p.p. abaixo do ano precedente em que a variação fora de 1,1%). Os bens Duradouros apresentaram a maior taxa de crescimento (+14,6%) após os fortes agravamentos registados no período 2011-2012 e a ligeira recuperação de 2013 (+1,3%). As despesas em Bens correntes não alimentares e Serviços recuperaram pela primeira vez (+1,5%) após as contrações sucessivas desde 2011. As despesas das famílias em consumo contribuíram com 1,7 p.p. para a variação de 1,6% nas despesas de consumo final, sendo o restante proveniente das administrações públicas (contribuição marginal de -0,1 p.p.). As despesas das

instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias foram neutras face à variação do consumo final.

Por seu turno, a formação bruta de capital aumentou à taxa de 5,5% (+10,6 p.p. que em 2013), invertendo o movimento de quebra iniciado em 2011. A principal contribuição para a inversão da tendência da formação bruta de capital fixo foi dada pelo investimento em equipamento de transporte e em outras máquinas e equipamentos, (18,8% e 14,4% respetivamente). De assinalar que a construção embora continue em quebra, apresentou uma redução mais moderada face às fortes taxas de variação negativas observadas nos três anos precedentes. Assinale-se que entre 2008 e 2014 a taxa média de variação da formação bruta de capital foi de -5,7% e que a formação bruta de capital fixo em volume para 2014 é cerca de 65% do valor registado em 2008.

Gráfico 29 – Contributos da oferta (p.p) para o crescimento em volume do PIBpm



Embora a separação entre períodos de crescimento forte e moderado, até 2001, e de 2002 até 2014, respetivamente, seja perceptível na generalidade dos ramos de produção, constata-se que os ramos dos Serviços apresentaram um crescimento médio superior aos da Indústria e da Agricultura. Associado a este dinamismo, registou-se um aumento do preço relativo dos Serviços (em média, e tendo por referência o nível de preços de 1995, o preço dos serviços em 2014 é cerca de 49%

superior aos da Indústria e da Agricultura). Os efeitos volume e preço, daí resultantes, traduziram-se num aumento da importância relativa dos serviços, em detrimento da indústria e da agricultura. Em 1995 estes dois ramos representavam pouco mais de 24,0% no VAB a preços correntes, enquanto em 2014 representaram 16%. Para os mesmos anos, os Serviços tinham a importância de 66,4% e de 76,5%, respetivamente.

Atividades	Dados encadeados em volume - ano de referência 2011					Preços correntes				
	1995	2000	2005	2010	2014	1995	2000	2005	2010	2014
Agricultura, silvicultura e pesca	2,9%	2,3%	2,1%	2,0%	2,2%	5,4%	3,5%	2,6%	2,2%	2,3%
Indústria	14,4%	15,0%	14,2%	13,1%	13,8%	18,8%	17,7%	15,0%	13,6%	13,6%
Energia, água e saneamento	2,7%	3,0%	3,1%	3,3%	3,2%	2,9%	2,5%	2,7%	3,2%	3,4%
Construção	8,8%	9,2%	7,6%	5,8%	4,1%	6,5%	7,6%	6,9%	5,8%	4,2%
Serviços	71,3%	70,6%	72,9%	75,8%	76,7%	66,4%	68,6%	72,7%	75,2%	76,5%

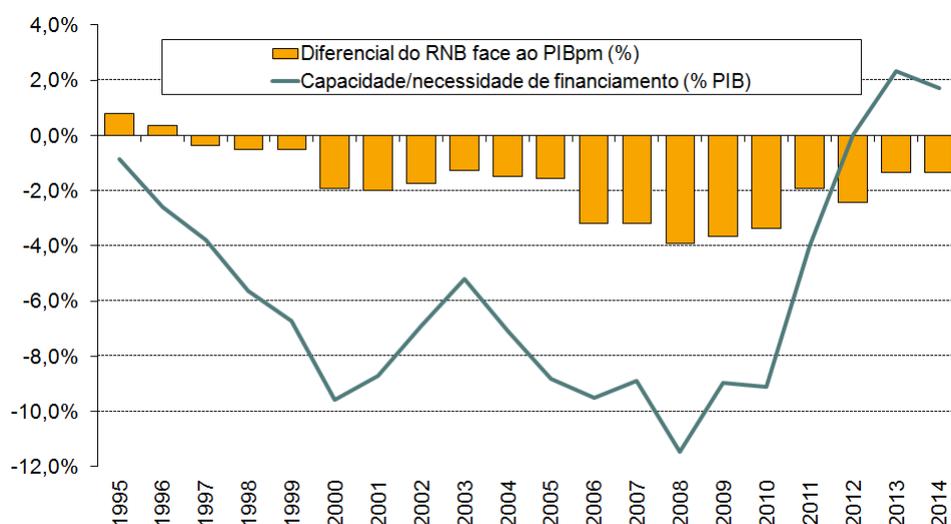
A necessidade líquida de financiamento (equivalente ao saldo global das balanças corrente e de capital), medida pelo rácio com o PIB, foi aumentando ao longo do período entre 1995 e 2000, atingindo um patamar de -9,6%, ficando os movimentos a partir daí condicionados pelas situações recessivas. Assim, até 2003, registaram-se melhorias da necessidade líquida de financia-

mento, mas em seguida retornou-se para o patamar de -9,0%, com um pico de -11,4% em 2008. A partir de 2011 é notória a melhoria deste rácio, tendo alcançado o valor de -4,1% nesse ano, atingindo um valor positivo – capacidade de financiamento – em 2013 (2,3%) que se manteve positivo em 2014 ainda que com ligeira redução (1,7%).

Os défices sistemáticos das balanças corrente e de capital que ocorreram desde 1995 foram agravando a posição de Investimento Internacional (valor do stock de ativos líquidos sobre o exterior) e impondo uma deterioração da balança de rendimentos primários (diferença entre os rendimentos recebidos e pagos ao exterior). Em 2008 o valor negativo deste saldo atingiu

3,9% do PIB, impondo uma diferença do mesmo montante entre o PIB e o Rendimento Nacional Bruto (RNB). Entre 2009 e 2011 este rácio registou uma melhoria (-1,9% em 2011), crescendo no ano seguinte 0,5 p.p. (-2,4%). Em 2004 situou-se em -1,3%, valor idêntico ao do ano precedente.

Gráfico 30 – Diferencial entre RNB e PIBpm e % da Necessidade de financiamento no PIBpm



PREÇOS

O Índice de Preços no Consumidor registou em 2014 uma variação média anual de -0,3%, valor de sinal contrário ao verificado no ano anterior (0,3% em 2013). As classes do Vestuário e calçado (-2,1%), do Lazer, recreação e cultura (-1,5%), dos Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (-1,3%) e dos Transportes (-1,2%) foram as que registaram decréscimos de preços mais significativos entre 2013 e 2014. Para o resultado do IPC total, foi determinante o contributo negativo dos produtos alimentares não transformados e dos produtos energéticos.

A atualização das taxas do Imposto sobre o Tabaco e do Imposto sobre as Bebidas Alcoólicas em Janeiro de 2014, bem como o aumento das taxas do IVA na

Região Autónoma dos Açores não originaram impactos significativos.

Quando comparada a taxa de variação média anual de 2014 com a de 2013, observa-se que a classe dos Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas registou o maior diferencial, cerca de três pontos percentuais (de 1,9% em 2013 para -1,3% em 2014).

Salienta-se ainda, pela magnitude da diferença entre a taxa de variação média anual de 2010 e a de 2014, a classe dos Transportes (4,6% em 2010 para -1,2% em 2014).

Em 2014, verificou-se um crescimento médio anual mais elevado dos preços dos serviços que o observado para os preços dos bens. Com efeito, em 2014, os pre-

ços dos serviços aumentaram, face a 2013, 0,8% (3,1% e 0,7%, respetivamente em 2012 e 2013) enquanto a taxa de variação média dos preços dos

bens foi de -1,1% (2,5% e 0%, respetivamente em 2012 e 2013).

Gráfico 31 – Taxas de crescimento anual (%) do IPC total e do IPC dos produtos energéticos

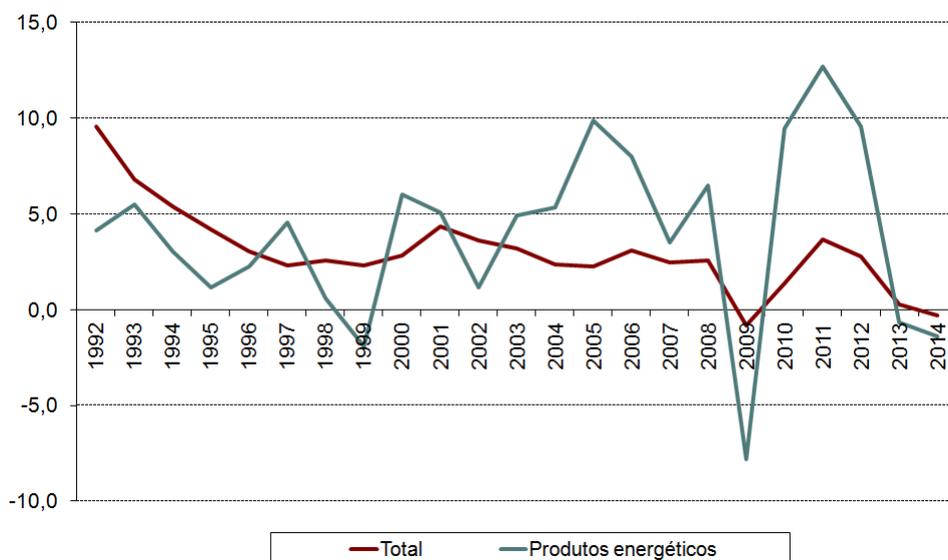
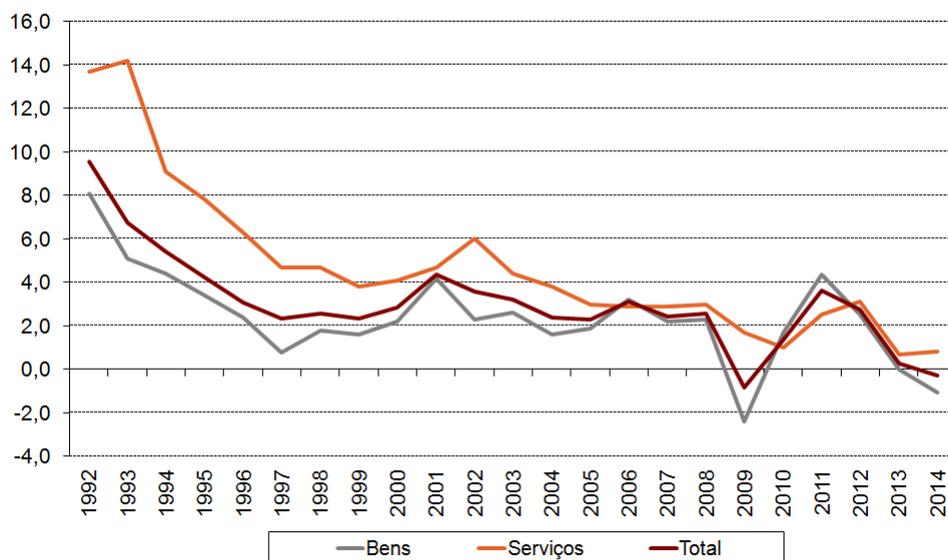


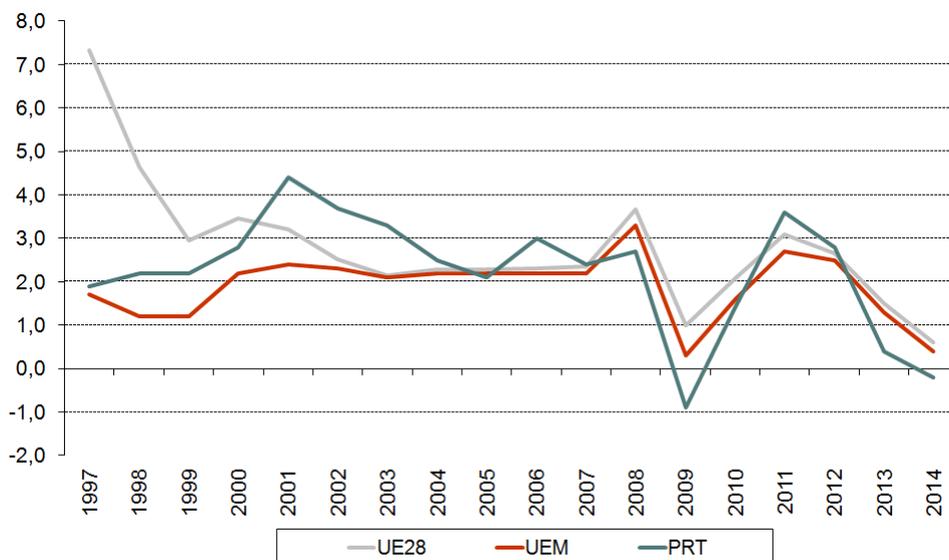
Gráfico 32 – Taxas de crescimento anual (%) do IPC total, do IPC de bens e do IPC de serviços



A taxa de variação média anual do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), indicador de referência para comparações da inflação entre os países da União Europeia, situou-se em -0,2% (0,4% em 2013).

Comparando com as evoluções correspondentes tanto na UE28 como na área do Euro, a diferença voltou a ser negativa em 2014 (-0,8 p.p. e -0,6 p.p., respetivamente).

Gráfico 33 – Taxas de inflação anual (%) na UE28, na UEM e em Portugal (IHPC)



ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Em 2014 verificou-se um aumento da necessidade líquida de financiamento das Administrações Públicas, que representou, na ótica de contabilidade nacional, 7,2% do PIB, que correspondeu a um acréscimo de 2,4 p.p. face a 2013. Esta evolução refletiu os efeitos conjugados de um decréscimo das receitas totais em percentagem do PIB (cerca de -0,6 p.p.) e de um aumento registado no mesmo rácio para as despesas totais na ordem de 1,8 p.p.. A despesa primária em percentagem do PIB diminuiu em 1,1 p.p., o que, combinado com referido comportamento das receitas totais gerou uma degradação do saldo primário, passando a representar 2,3% do PIB.

A diminuição das receitas totais em percentagem do PIB deveu-se quer à evolução das receitas correntes

quer às de capital, que registaram ambas uma quebra de cerca de 0,3 p.p. face ao rácio de 2013. Nas receitas correntes, ocorreu um ligeiro aumento das receitas fiscais (0,1 p.p.), em resultado do aumento do rácio em 0,5 p.p. nos impostos indiretos (impostos sobre a produção e a importação) que passaram a representar 14,2% do PIB. Este aumento foi compensado pelo movimento em sentido posto e da mesma amplitude nos impostos diretos (impostos sobre rendimento e património), passando estes a representar 10,9% do PIB. Nas contribuições sociais efetivas verificou-se um ligeiro aumento (0,1 p.p.), atingindo 9,0% do PIB. Em resultado destas evoluções nos impostos e nas contribuições sociais efetivas, a carga fiscal registou um aumento de 0,1 p.p., passando a representar 34,1% do PIB.

Gráfico 34 – Receitas, despesas e Necessidade de financiamento das Administrações Públicas (% do PIBpm)

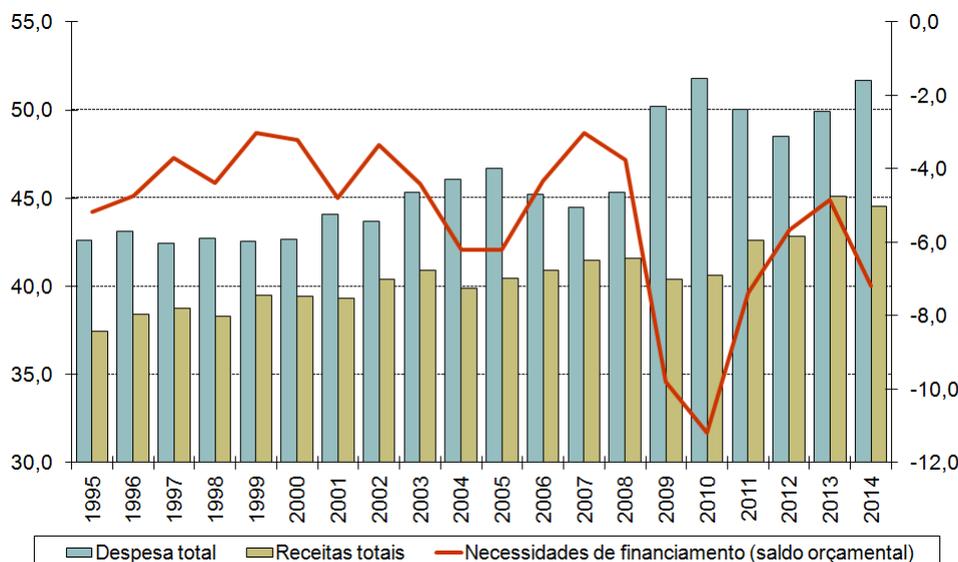
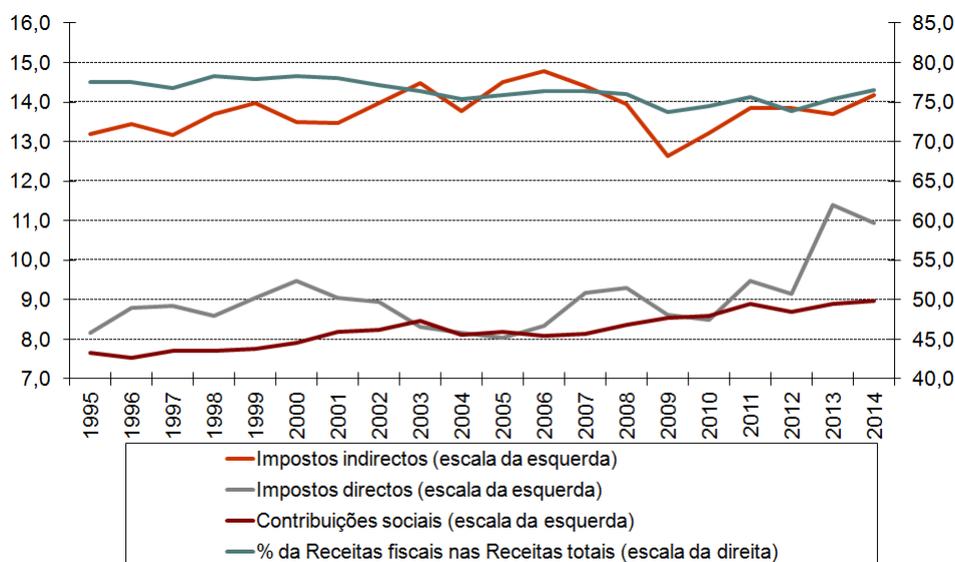


Gráfico 35 – Carga fiscal (% do PIBpm) por tipo de receita fiscal e peso das receitas fiscais no total de receitas



O incremento no rácio das despesas totais, ficou a dever-se ao aumento de 2,8 p.p. das despesas de capital, cujo rácio atingiu o valor de 6,0%. As despesas correntes diminuíram 1,1 p.p., ficando a representar 45,7% do PIB. No caso das despesas correntes, há a considerar a quebra nas despesas com pessoal e nas prestações sociais (em ambos os casos -0,8 p.p.), cujos

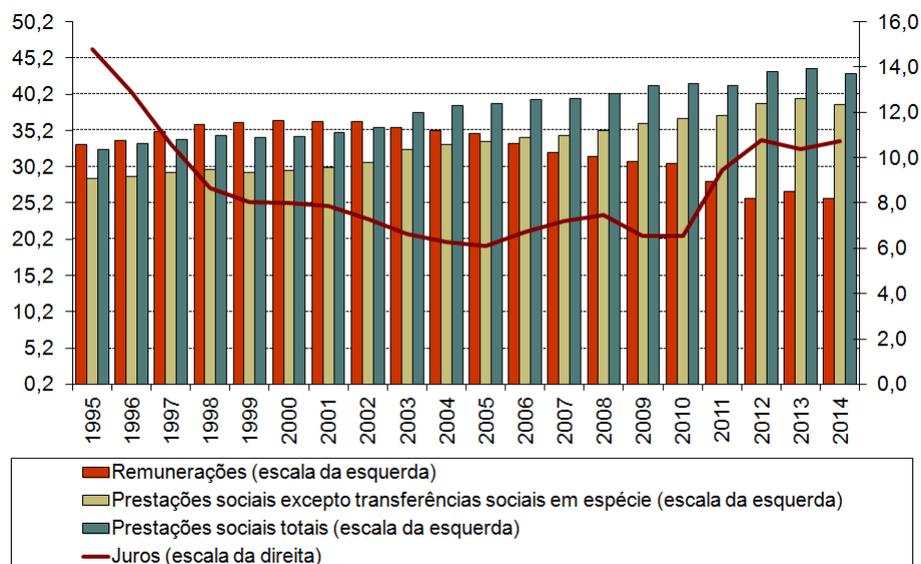
rácios tomaram os valores de 11,8% e de 19,7%, respetivamente. Nas prestações sociais, cabe referir que foi a parcela de "prestações sociais exceto transferências sociais em espécie", que contribuiu positivamente para o referido aumento, enquanto a parcela de transferências sociais em espécie (relativas a despesas com produtos fornecidos às famílias através de produtores

mercantis), denotou uma estagnação. Assinalam-se ainda os aumentos que se verificaram nos consumos intermédios e nos juros pagos (em cerca de 0,2 p.p. e de 0,1 p.p.).

A dívida pública manteve a trajetória ascendente, iniciada em 2001, tendo passado em 2014 para 130,2%

do PIB, o que representou um agravamento de 0,8 p.p. relativamente a 2013. Este resultado, conjuntamente com o de 2013, representa uma desaceleração do ritmo de crescimento anual deste rácio.

Gráfico 36 – Peso das remunerações, dos juros e das prestações sociais na despesa corrente total



Anuário Estatístico de Portugal 2014.

Informação disponível até 30 de Setembro, 2015.